



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Faculdade de Formação de Professores
Departamento de Educação
Curso de Pedagogia

Sâmela Cristinne Furtado de Carvalho

**Reflexões acerca da Família e da Escola na Reforma Educacional de
Fernando de Azevedo no Distrito Federal em 1927 a 1930**

São Gonçalo,
2010

Sâmela Cristinne Furtado de Carvalho

**Reflexões acerca da Família e da Escola na Reforma Educacional de
Fernando de Azevedo no Distrito Federal em 1927 a 1930**

Monografia apresentada no curso de graduação em
Pedagogia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro/
Faculdade de Formação de Professores, como requisito
parcial para obtenção do Grau de Licenciatura Plena em
Pedagogia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Sônia Camara

São Gonçalo

2010

Sâmela Cristinne Furtado de Carvalho

**Reflexões acerca da Família e da Escola na Reforma Educacional de
Fernando de Azevedo no Distrito Federal em 1927 a 1930**

Monografia apresentada no curso de graduação em
Pedagogia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro/
Faculdade de Formação de Professores, como requisito
parcial para obtenção do Grau de Licenciatura Plena em
Pedagogia.

Aprovado em dezembro de 2010

Banca Examinadora:

Prof^ª. Dr^ª. Sônia Camara (Orientadora)
Faculdade de Formação de Professores da UERJ

Prof. Dr. Jorge Antonio Rangel (Parecerista)
Faculdade de Formação de Professores da UERJ

São Gonçalo

2010

Dedicatória

Á Deus pelo dom da vida, pelo seu zelo e eterno amor.

Aos meus pais pelo amor, carinho e dedicação.

Agradecimentos

Primeiramente ao meu melhor amigo, Àquele que me formou que abriu as portas desta oportunidade, que me sustentou e que me deu forças para chegar até aqui. Ao Autor e Consumador da minha fé. Ao meu guia, ao meu protetor, ao todo poderoso, ao criador do universo, enfim: a Deus, por tudo que Ele fez, faz e fará, por tudo que sou.

Aos meus pais que com todo amor, carinho e dedicação contribuíram para que sou hoje. Não há palavras que possam expressar meu eterno agradecimento e amor por vocês. Muito obrigada por tudo, pois sem vocês não conseguiria ter chegado até aqui.

Aos meus avôs maternos Raimundo Furtado e Lisete Furtado e a minha avó paterna Anísia Carvalho que sempre intercederam em prol da minha vida com todo seu amor e compreensão. A cada conselho, gestos, carinhos, visitas e preocupações. E como não deixar de citar o maravilhoso “franguinho da vovó Lisete” que sempre esteve à disposição das minhas vontades e desejos durante esses anos de academia.

Ao meu querido Caio César Ignácio que durante esta trajetória dedicou seu amor, carinho, compreensão, apoio e em todos os momentos esteve presente com seu “ombro amigo”, me encorajando, me incentivando e lutando comigo pelas caminhadas da vida, que posso dizer ser apenas o início dela. Em que juntos estamos buscando nossos ideais e sonhos.

Aos meus familiares, tios e primos pelas palavras encorajadoras, pelo incentivo, pelo carinho e por acreditarem em mim.

Além dessas pessoas tiveram outras que se fizeram essenciais em minha vida e que marcaram a trajetória desses quatro anos de curso. Aos professores da Faculdade de Formação de Professores da UERJ, em que com sua dedicação pela docência e pesquisa me ensinaram o valor e a importância que a educação tem para a sociedade. Aos funcionários da FFP/UERJ que me ajudaram nas questões burocráticas.

À Denilda que me concedia um lugar no seu carro toda semana para a Biblioteca Nacional, sem esta carona maravilhosa minhas pesquisas seriam mais difíceis. E a sua filha, minha amiga Juliane que esteve ao meu lado me dando forças.

Aos abraços e conselhos de Isabel que sempre quando precisava a procurava na faculdade e que além de funcionária é uma eterna amiga.

Aos amigos que foram concedidos neste período e em especial à Alessandra de Sá.

À professora Adir Luz que me introduziu no mundo magnífico que é pesquisa e abriu meu universo acadêmico.

À todos aqueles que acreditam em mim e que me dão assistência, meus sinceros agradecimentos, carinho e amor.

E como não mencionar um casal maravilhoso que se empenharam na realização deste sonho, aos professores, aos meus amigos, aos “meus pais acadêmicos” Jorge Antonio Rangel (Fidel) e Sônia Camara. Ao Fidel pela oportunidade de me conceder uma bolsa de pesquisa e me ajudar a descobrir o mundo tão encantador da pesquisa, por todo seu carinho, por todos seus conselhos e risadas. A minha digníssima orientadora Sônia Camara que construiu, por meios de encontros, almoços, reuniões um sincero carinho, afeto e amor. Serei sempre grata pela sua dedicação, seu incentivo, seus abraços, pela sua força, pela paciência e orientações, por acreditar e me aceitar como sua orientanda. Muito obrigada, por fazerem parte da minha história.

*A educação do homem começa no momento do seu nascimento;
antes de falar, antes de entender, já se instrui.*

Jean Jacques Rousseau

Resumo

Este estudo tem como objetivo investigar e analisar a instituição familiar no contexto da Reforma Educacional no Distrito Federal concebida por Fernando de Azevedo no período de 1927 a 1930. Com este intuito interessa-nos entender a atuação da família na reforma de ensino e as atribuições que esta dava a ela, buscando assim compreender o seu papel a e da escola na Reforma como alvos diretos para a modernização e civilização carioca, tendo por meio um ideal nacionalista.

Palavras-chave: Família; Reforma de Instrução Pública; Fernando de Azevedo; Modernização.

Resumen

Este estudio tiene como objetivo investigar y analizar la institución familiar en el contexto de la reforma educativa en el Distrito Federal, diseñado por Fernando de Azevedo, en el período 1927 a 1930. Con esto en mente, estamos interesados en entender el papel de la familia en la reforma de la educación y las asignaciones que se dio a la ella, la búsqueda de entender el su papel y la escuela en la Reforma como blanco directo para la modernización y la civilización de Río, y por medio de un ideal nacionalistas.

Palabras-clave: Familia; Reforma de Instrucción Pública; Fernando de Azevedo; Modernización.

Índice de Ilustrações

<i>Ilustração I-</i> Interior e relacionamento dentro de uma casa. Biblioteca Nacional, Revista Casa e Moda. Ano 1,1920, p. 5.....	31
<i>Ilustração II -</i> Crônica sobre as tendências da moda e ilustração de dois modelos de vestidos. Biblioteca Nacional, Revista Casa e Moda. Ano 1,1920, p. 9.....	33
<i>Ilustração III-</i> As mulheres e suas camisolas. Biblioteca Nacional, Revista Casa e Moda. Ano 1,1920, p. 16.....	33
<i>Ilustração IV-</i> Tipos de mulheres. Biblioteca Nacional, Revista Casa e Moda. Ano 1,1920, p. 29.....	34
<i>Ilustração V-</i> Crianças brincando e exibindo suas roupas. Biblioteca Nacional, Revista Casa e Moda. Ano 1, 1920, p. 19.....	35
<i>Ilustração VI-</i> Fernando de Azevedo. São Paulo, 1934. Fotografia de Carlos Rosen – IEB/USP.....	39
<i>Ilustração VII-</i> Fernando de Azevedo na sua biblioteca em sua casa, São Paulo, 1955. IEB/USP.....	41
<i>Ilustração VIII-</i> Escola Prudente de Moraes. Alunos em oficinas de carpintaria. 10 de agosto de 1929. CAMARA, 1997, p. 98.....	47
<i>Ilustração IX-</i> Escola Profissional. Alunas em atividade no tabuleiro de areia. C.a de 1930. CAMARA, 1997, p. 132.....	48
<i>Ilustração X-</i> Escola Estados Unidos, Rio de Janeiro, 1930. Arquitetura da escola. Foto de Nicolas Alagemovits- IEB/ USP.....	49
<i>Ilustração XI-</i> Escola Normal. Pátio interno. Fotografia de Nicolas Alagemovits 1930- IEB/USP.....	49
<i>Ilustração XII-</i> Escola Normal, Rio de Janeiro, 1930. Visão aérea da escola e seu arredor. Fotografia de S. H. Holland - IEB/USP.....	50
<i>Ilustração XIII-</i> Notícia sobre a modernização carioca. Jornal do Século. Data Indisponível. Disponível em: www.jblog.com.br/hojenahistoria.php?itemid=6588 . Acessado em 08/09/2010 as 18:10hs.....	61
<i>Ilustração XIV –</i> Pelotão de Saúde na Escola Uruguai. A prática de hábitos saudáveis. CAMARA, 1997, p. 105.....	71

Sumário

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO I - A FAMÍLIA CARIOCA DE 1920 A 1930: TECITURA DE UM PARADIGMA.....	16
1.1 Conceituando a família brasileira e sua atuação na sociedade.....	17
1.1.1 A instituição familiar carioca: Princípios de uma educação voltada para transformação.....	19
1.2 Cruzando as fronteiras: a Casa, a Rua e o outro Mundo.....	23
1.3 O homem pela perspectiva da família: O reconhecimento do chefe familiar.....	24
1.4 As mudanças sociais da infância mediante a família.....	27
1.5 A mulher do século XX e seus entendimentos.....	28
1.5.1 A arte de educar e o prazer de estudar.....	30
1.5.2 O perfil da mulher na década de 1920: Análise da revista Casa e Moda.....	31
CAPÍTULO II - O DESAFIO DA EDUCAÇÃO: A REFORMA E O REFORMADOR.....	37
2.1 O reformador da educação brasileira: um pouco da vida de Fernando de Azevedo e seus ideais progressistas.....	38
2.2 A Reforma de Instrução Pública no Distrito Federal.....	41
2.3 A prática da Reforma Educacional: A Escola Nova, suas ações e atribuições para a sociedade.....	51
2.4 Escola Nova: A escola única, da comunidade e do trabalho.....	54
CAPÍTULO III – ARTES DE TRANSFORMAR: UM ENCONTRO DA FAMÍLIA COM A ESCOLA NA REFORMA DE FERNANDO DE AZEVEDO NO DISTRITO FEDERAL (1927 A 1930).....	60
3.1 O Processo de Modernização no Distrito Federal entre as décadas de 1920 e 1930.....	61
3.2 A Escola, a Família e o Progresso da Cidade Carioca.....	62
3.3 Intervenções higienistas da escola nas famílias.....	67
3.4 A família, a escola e a sociedade na Reforma: As intervenções e seus avanços.....	71
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	78
BIBLIOGRAFIA.....	80
ANEXOS.....	86
Anexo I.....	87
Anexo II.....	88
Anexo III.....	90

Anexo IV.....94

Anexo V..... 95

Introdução

Se a escola é a preparação para a vida, nos seus elementos essenciaes, e se a educação tem por fim o melhoramento da comunidade, do ponto de vista da saúde, do trabalho, das relações sociaes e do recreio, não pode prescindir da collaboração da família, de que se deve approximar, já para influir sobre Ella, já para lhe dar responsabilidade directa na obra da educação. (...). a acção dos paes, no lar, cuja principal funcção é a criação e a educação da creança, precisa secundar a acção do mestre, que terá, para orientarem na sua tarefa, os esclarecimentos que recebe dos paes, e transmitirá a estes, por sua vez, em harmonia com os ideaes da escola, a orientação na educação de seus filhos.¹

Este trabalho é fruto de uma reflexão inerente a ideologia da função da instituição familiar como educadora e as manipulações e ações atribuídas a ela na tentativa de forjar a identidade dos educandos, logo de uma nação. A partir de fragmentos do passado, estudados na disciplina de História da Educação II, lecionada pelo professor doutor Jorge Rangel (Fidel) e também por meio de um outro movimento como bolsista do projeto deste mesmo professor denominado “Memória Fotográfica da Educação Fluminense”, que nos foi atribuído as investigações e análises das fotografias do Augusto Malta no Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro, no Museu da Imagem do Som do Rio de Janeiro e no Centro de Referência da Educação Pública da Cidade do Rio de Janeiro, para formularmos um banco de imagens da Educação, tendo como foco as escolas e casas assistencialistas do início do século XX. Por meio desses movimentos fomos tocados a investigar o processo e as idéias forjadas no processo de modernização e civilização do Brasil, na tentativa de entender “Que país é este?” que com uma diversidade cultural e social grande, cria possibilidades para modernizar e progredir, na tentativa de começar pela sua capital: o Rio de Janeiro. E dentro desta organização, nos instigamos na tentativa de entender que papel foi atribuído à família, sendo ela uma instituição com a função “nata” de educar.

O período escolhido para nossa análise foi de 1927 a 1930, tendo como foco a Reforma Educacional implantada por Fernando de Azevedo no período em que ele era diretor da Instrução Pública no Distrito Federal. Este interesse de interligar a Reforma Educacional, a família e o processo de modernização fez-se tanto na tentativa de analisar que funções eram dadas a família pelo Estado e pela escola, quanto na recuperação de fragmentos históricos que

¹ Azevedo, Fernando. A sociedade da escola. In: **Boletim de Educação Pública**. Distrito Federal: Diretoria Geral de Instrução Pública, ano I, n. 2, abril/junho de 1930, p. 169.

nos apresentam as reformulações de paradigmas sobre os papéis de cada componente familiar e da família perante a sociedade.

Para promover a relação da Reforma Educacional com a família algumas fontes tanto primárias quanto secundárias foram de fundamental importância para nossa investigação, tais como: Os boletins de Instrução Pública e da Prefeitura do Distrito Federal, artigos de jornais, Revista A casa de 1920, fotografias e textos do próprio Fernando de Azevedo (1964), Lourenço Filho (2002), Ana Maria Magaldi (2007), Eni Samara (1993), Rosa Maria Araújo (1993), Sônia Camara (2004), entre outros.

Para uma melhor compreensão dos diferentes aspectos que perpassam a nossa investigação e que são fatos essenciais na construção da história da educação de nosso país procuraremos compreender de uma forma geral a família, perpassando pela sua história, seus padrões culturais e sociais em que ela era calcada e os papéis atribuídos a cada um dos seus membros com relação ao Estado e a sociedade. Mediante isso, investigaremos o empenho de Fernando de Azevedo² ao instituir no Distrito Federal a Reforma Educacional, tendo como base a transformação da sociedade carioca, pois, segundo ele, ela só iria atingir ares modernos e civilizados se pudesse reformular/reestruturar os métodos e espaços educacionais, tornando-os uma sociedade em miniatura.

Com o intento de socializar a escola, tornando-a uma instituição social, real e viva Fernando de Azevedo se empenha em organizar a escola sob uma forma de vida. Por isso a reforma tem como base três pilares que se farão de fundamental importância para o entendimento de nossa pesquisa que são: a escola do trabalho, a escola da comunidade e a escola única, sendo conhecida em sua prática como Escola Nova, segundo, Filho (2002) Mediante este novo modelo educacional a escola deveria integrar-se na vida social e prestar serviços à sociedade, adaptando seus educandos nos novos conhecimentos científicos de higiene, condutas morais, éticas, culturais e sociais etc.

Para haver um progresso carioca, tornando-o *saudável, disciplinado, produtivo e educado*³ seria necessário não apenas transformar sua estética, com as reformas de ruas, avenidas, monumentos históricos, museus, teatros, enfim a parte arquitetônica e física da cidade, todavia intervir no sujeito da cidade, atribuindo-lhe novos caminhos e fins para a

² Durante os anos em que dirigiu a Diretoria Geral de Instrução Pública, Fernando de Azevedo esteve empenhado em realizar, na administração do Prefeito Antonio Prado Júnior, a reforma do Distrito Federal, procurando desenvolver iniciativas no sentido de transformar o aparelho escolar existente em um sistema de educação moderna. A reforma empreendida no Distrito Federal deveria servir como centro irradiador do movimento pedagógico escolanovista para todo o Brasil (CAMARA, 1997, p. 18).

³ CAMARA, 2004b, p. 128.

construção de sua identidade de forma civilizada, moderna e educada. Daí o projeto de reconstrução da sociedade carioca estar pautado ao sistema educacional por meio de uma reorientação das finalidades educativas, pois a escola terá o papel de formar e direcionar os futuros cidadãos a adentrarem e se portarem em uma cidade dita moderna, apresentando-lhes por meio da observação e prática o sentido da responsabilidade social, de forma dinâmica, criadora e disciplinadora⁴.

A escola não só transmitiu valores, mas também se apropriou deles, produzindo novos saberes, através dos quais pretendeu intervir no meio social. No caso da disciplina de Educação Higiênica, a presença maciça de conteúdos associados a usos e práticas do cotidiano das famílias denotava a tentativa de se escolarizar os saberes naturalmente adquiridos, instituindo a competência da escola e a legitimidade dos saberes escolares a serem apropriados pelas crianças (CAMARA, 2004, p. 176).

Por meio dessa perspectiva o texto se desenvolve em três capítulos. No primeiro, *A família carioca de 1920 a 1930: Tecitura de um paradigma*, buscamos apresentar considerações acerca da formação histórica da família e suas principais funções na sociedade, demonstrando por meio de cada componete seu entender a estruturação do Estado, as atribuições e esteriótipos dados a eles, como forma de intervir no social e desta forma forjar suas identidades.

No segundo capítulo *O desafio da educação: A Reforma e o Reformador*, nosso olhar se volta para as questões relativas ao campo educacional, tendo como base o pensamento reformista de Fernando de Azevedo em 1927 no Rio de Janeiro, suas principais ações na sociedade, assim como também a análise da Reforma Educacional e da Escola Nova.

Por fim, no terceiro e último capítulo *Artes de Transformar: Um encontro da família com a escola na Reforma de Fernando de Azevedo no Distrito Federal (1927 a 1930)*, procuramos mostrar como se deu o processo de modernização pela interligação da família e da escola, ambas com a função de educar.

Com um olhar direcionado a perceber as estratégias do Estado presentes tanto na família como na escola, pretendemos interligá-los de forma a levar ao leitor a possibilidade de compreender como se deu o processo de modernização carioca nas décadas de 1920 a 1930, direcionando nosso objeto aos anseios da sociedade para o processo de modernizar e civilizar, focando na presença da família na reconstrução da sociedade pela escola com o movimento da reforma educacional dirigida no Rio de Janeiro por Fernando de Azevedo no período de 1927 a 1930.

⁴ Azevedo, 1964.

Capítulo I

A família carioca de 1920 a 1930: Tecitura de um paradigma.

(...) a família é uma instituição social fundamental, de cujas contribuições dependem todas as outras instituições.

Samara, 1993.

1.1 Conceituando a família brasileira e sua atuação na sociedade

Atualmente estão crescendo o número de pesquisas acerca da família e em virtude disso, temas polêmicos estão sendo despertados em nossa sociedade. Entretanto, fazendo referência ao campo acadêmico brasileiro, há uma urgente necessidade, segundo Samara (1993) de novas pesquisas específicas acerca da história da família na sociedade brasileira.

Houve uma aceitação da nova geração de historiadores que a família é uma Instituição fundamental e duradoura (...), passou a significar um melhor entendimento da estrutura das sociedades e do desenvolvimento econômico e político no presente e no passado (SAMARA, 1987, p. 26).

Nos estudos referentes à família os pesquisadores têm buscado compreender as estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais de nosso país, visto que é através desse foco dado à família que puderam compreender a sociedade, e seu importante papel na organização do país.

A família é forte transmissora de valores ideológicos. A função social atribuída a família é transmitir os valores que constituem a cultura, as idéias dominantes em determinado momento histórico, isto é, educar as novas gerações segundo padrões dominantes e hegemônicos de valores e condutas. Neste sentido, revela-se o caráter conservador e de manutenção social que lhe é atribuído: sua função social. (...) É na família que ocorre os primeiros aprendizados dos hábitos e costumes da cultura. É na família que se concretiza em primeira instância, o exercício dos direitos da criança e do adolescente: o direito aos cuidados essenciais para seu crescimento e desenvolvimento físico, psíquico e social (BOCK, 2001, p. 249).

Temos de ressaltar que o termo e/ou conceito família é muito abrangente e genérico, pois apresenta diversos sinônimos, tais como: “família brasileira, família patriarcal, família extensa, parentela, (...)” (SAMARA, 1987, p. 30), resultando essas características da família portuguesa. Todavia nos remeteremos e abrangeremos à família nuclear, que se estende ao nosso país e que é formalizada por seu núcleo doméstico. Assim, segundo Samara “mergulhar no passado buscando reconstruir a família é enveredar por muitos caminhos, é o encontro de uma gama variada de composições ora simples, ora complexas, que vão da unidade conjugal à extensa, do grupo de sangue ao núcleo doméstico que agrega relações não formalizadas apenas pelo parentesco”, (SAMARA, 1987, p. 31).

O pesquisador ao qual seu objeto de pesquisa é a família deve perceber que ao estudar este tema, é necessário reconhecer a pluralidade organizacional de seu objeto e que ele “varia

de uma sociedade para outra e também de uma classe para outra de uma mesma sociedade” (SAMARA, 1987, p 34).

A família nuclear como fato histórico e problemático é o ‘locus’ do sufoco: pais, filhos, uma unidade auto-referida isolada, com pouca capacidade de estabelecer relações de sociabilidade com outras unidades; Ela é algo mal, algo negativo na estrutura social (VELHO, 1987, p. 81).

A família com o passar do tempo se auto-construiu, se desenvolveu e se transformou. Na visão de subjetividade segundo Gilberto Velho (1987) ela é mostrada de forma privilegiada, visto que cada uma é diferente da outra, cada uma possui sua própria realidade, sua própria identidade que se configura como uma instituição familiar. Podemos dizer que cada família tem como base a subjetividade, pois ela representa algo individual, pessoal, sendo assim, cada família tem sua pessoalidade. Com essas diversas pessoalidades, maneiras de ser, pensar e agir, é que se configura, em parte, a organização da sociedade.

(...) a noção de família é uma instituição com um grau de estabilidade muito maior do que muitas vezes se supõe, ou seja, a família por definição, é uma instituição que organiza a sociedade. Nela há uma certa estabilidade; a família e sua inserção no universo de parentesco não mudam tanto e tão velozmente (VELHO, 1987, p.85).

Segundo Samara (1993), as famílias brasileiras não se predominavam como patriarcais, assim como ouvimos a respeito, principalmente quando falamos de regiões como Rio de Janeiro e São Paulo. Entretanto, é reconhecida pela autora citada que a base familiar está sedimentada na família patriarcal, isto é, em uma família extensa que se compõe não apenas de pessoas com vínculos sanguíneos, como também os chamados agregados; todos geralmente em uma mesma casa ou em uma mesma fazenda. Esta característica familiar foi se adaptando e tendo novos modelos, principalmente quando nos remetemos à instalação das famílias portuguesas nestas “províncias” anteriormente citadas.

Com a “desmistificação” de a família brasileira ser sinônima de patriarcal ou extensa de acordo com Samara (1993), temos que sinalizar também a desconstrução do papel da mulher totalmente submissa aos seus maridos e ao lar e, por outro lado do papel dos homens como sendo dominadores, autoritários e únicos provedores. Segundo a autora as mulheres que estavam iniciando no mercado de trabalho eram as que mais pediam o divórcio, principalmente quando o casamento era arranjado devido ao *status* sociais. Entretanto, este papel feminino era limitado tanto pela sociedade quanto pela Igreja, devido às regras morais, éticas e religiosas grandemente presentes no século XIX.

Muitas pessoas escolhiam a não formar nos parâmetros da lei, de acordo com o código civil de 1916, uma família resistindo ao casamento. Essas escolhas eram feitas/tomadas por diversos fatores tais como: desigualdade social e racial, custos financeiros para tal celebração etc. Outro fato marcante, presente neste período, é dos homens casados que relatavam em seus testamentos os nomes e os bens que deixavam aos seus filhos ilegítimos, ocorrendo isto na maioria dos testamentos, de acordo com Samara (1993) e Corrêa (1982), levando ao alto índice de crianças nos asilos.

A condição urbano/rural foi a baliza para determinar o tipo familiar. Concordava-se que o processo de urbanização e industrialização da sociedade no século vinte, juntamente com o fenômeno da migração, fizeram com que o controle da produção passasse gradualmente da família para os empresários capitalistas e para o Estado, e com isto, ocorreram o enfraquecimento das relações de parentesco, a redução do tamanho da família e a redução do pai e do marido (TERUYA, 2000, p. 10).

A “nova” concepção de família emergiu mediante o crescimento da sociedade, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo que estava em mudança com o impacto desintegrador do urbanismo, com isto, esta família está sendo moldada e caracterizada com as novas políticas e ideologias nacionalista, ao mesmo tempo em que ela ajuda a formar a sociedade. “É através da organização familiar que entendemos a natureza da sociedade e seus problemas” (SAMARA, 1993, p. 85).

1.1.1 A instituição familiar carioca: Princípios de uma educação voltada para a transformação

As novas oportunidades urbanas de trabalho, a ampliação de serviços essenciais e especialmente a renovação estética e sanitária da cidade favoreceram a interação social do grupo familiar. A intimidade da família com a rua desenvolveu o gosto da comunidade pelo lazer, construindo a identidade cultural do Rio. A atmosfera urbana de alegria e o culto do prazer marcaram esta fase de transformações, definindo o caráter da interação da família com a cidade, sem, contudo, esconder as contradições inerentes à deteriorização do tecido social (ARAÚJO, 1993, p. 389).

A acelerada da urbanização e a busca pela modernização no período da República acarretou ligeiras transformações no estilo de vida da sociedade carioca. Os comportamentos tradicionais que havia até então foram se modificando, abrindo um novo cenário para os novos valores familiares, as formas mais modernas de convívios sociais e de papéis entre os

membros da família e também da sociedade foram implantados. De acordo com Araújo o regime político, a República, “concentrou atenções na família e na cidade” (1993, p. 389).

A família passou a ser vista pelo Estado como uma instituição importante e com grande valor para ele, pois ela é a garantia de moralidade natural, visto que era qualificada como: “casa é o fundamento da moral e da ordem social”, segundo Perrot, sendo identificada por esta perspectiva pelo Estado. Com isto, o Estado percebeu que através dessa instituição familiar alcançaria o bem público e a “felicidade individual” de cada cidadão por meio de estratégias intervencionistas, fazendo parte de um *modelo político de democracia*. Vemos que o Estado tem a família como seu princípio, pois o que ocorre no âmbito privado deixará sua marca no âmbito público (2009, passim).

A família, átomo da sociedade civil, é a responsável pelo gerenciamento dos “interesses privados”, cujo bom andamento é fundamental para o vigor dos Estados e o progresso da humanidade. (...) como célula reprodutora, ela produz as crianças e proporciona-lhes uma primeira forma de socialização. (...). É a criadora da cidadania e da civilidade. A “boa família” é o fundamento do Estado e, principalmente para os republicanos, (...) existe uma continuidade entre o amor à família e à pátria, instâncias maternas que se confundem, e o sentimento de humanidade. Daí o interesse crescente do Estado pela família: em primeiro lugar pelos pobres, elo fraco do sistema, e a seguir por todas as outras (PERROT, 2009, p. 91).

A atenção para uma família reurbanizada estava incluída na estratégia de nacionalização. Tornar os membros de uma família civilizados, educados e higiênicos era um ideal que o Estado iria se empenhar para obter com isso a tão sonhada e esperada urbanização e desenvolvimento do país. Para tal, o Estado com a vontade de alcançar este tão sonhado progresso e se modernizar, implantou formas de orientar a população mediante suas normas para atingir tal objetivo. Com isso, uma das formas encontradas foi adaptar este ideal nas escolas, tendo em vista que a escola permeia as futuras gerações, as crianças, assim como também aos seus pais.

O Brasil nas décadas de 1920-1930 estava com uma forte tendência ou olhar nacionalista, principalmente quando falamos dos pensamentos e intervenções dos intelectuais presentes no governo deste período. Um dos seus objetivos era entender em que estrutura o país estava se formando e que país era o Brasil.

Havia uma ausência de organização no país e a população de forma generalizada estava fornecendo credibilidade aos intelectuais para serem os agentes promotores de uma nova “nação-sujeito” (Magaldi, 2007) sendo ela organizada e moderna. Entretanto, para haver mudanças precisariam, os responsáveis pela educação neste período, transformar sua forma de

educar e para isso as duas grandes instituições outorgadas como formadoras da sociedade precisariam entrar em ação como aliadas, que são: a família e a escola.

Nesse ambiente intelectual permeado por nacionalismos de matizes diversos era comum a referência à educação como o caminho certo para a superação de nossos graves problemas sociais e políticos e para a construção e organização da Nação. A educação era ainda apontada como via por excelência de acesso da sociedade brasileira à modernidade. De acordo com as palavras de Marta Chagas de Carvalho: 'Regenerar as populações brasileiras, núcleo da nacionalidade, tornando-as saudáveis, disciplinadas e produtivas, eis o que se esperava da educação...o papel da educação foi hiperdimensionado: tratava-se de dar forma ao país amorfo, de transformar os habitantes em povo, de vitalizar o organismo nacional, de construir a nação (MAGALDI, 2007, p. 62).

Para haver as transformações que se estava aspirando seria fundamental implantar estratégias que fizessem parte do cotidiano da cidade e para tal, era necessário, conforme acima citado, do auxílio das duas instituições instruídas para formar cidadãos: a família e a escola. Entretanto, para haver o auxílio dessas instituições era recomendável que estas possuíssem instruções científicas para fazer parte desse processo de transformação. Essas instituições, até então, não eram necessariamente adequadas em sua totalidade, conforme as solicitações do Estado, para formar de forma saudável, higiênica, disciplinada e cívica, e para isso foram fornecidos diversos meios para esta “educação”, tais como: manuais de educação, círculos de pais, campanhas higiênicas, entre outros.

No âmbito familiar havia grandes resquícios dos manuais de educação que predominou no século XIX e que davam ênfase ao papel da mulher em seu lar, porém a família não estava preparada a transmitir as formas educacionais, incluindo as higiênicas. Podemos citar que a família era desqualificada para educar, no entanto foi por meio disso que o governo, junto com as escolas fornecia cursos, palestras etc. Para atender essa falta de conhecimento científico que a família possuía, visto que sabia que ela, juntamente com a escola e a medicina eram grandes aliadas ou até mesmo a base de um país novo, moderno e organizado, foi criado então, projetos de interlocução entre ambas, um deles foram os círculos de Pais e Professores.

Inspirado na idéia dos círculos de Pais e Professores valorizada no Âmbito das Reformas de Instrução Pública encaminhadas no período, o círculo de Mães foi um elemento crucial do projeto educativo da escola, ocupando um lugar destacado em seu dia a dia. Através de reuniões periódicas, palestras, cursos etc. dirigidas à transmissão de ensinamentos considerados importantes para a constituição de famílias higiênicas e de um ambiente favorável à ação da escola, era a própria diretora quem se ocupava de condução de seus trabalhos (MAGALDI, 2007, p. 74).

A própria família juntamente com a escola exigia uma base de formação para conseguir auxiliar na busca pela modernização. Para o Estado responder a essas demandas familiares criou as leis assistenciais, dando-a respaldo para tal formação, pois era então necessário tal implantação. Todavia o Estado tentava moldar ou enquadrar as famílias nos preceitos “modernos”, mas mediante sua própria ideologia, de acordo o que era de bom agrado a ele, por isso a pergunta: “Que país queremos?”. Não obstante a burla havia de acordo com os costumes das próprias famílias, as leis eram outorgadas, mas modificadas de acordo com as necessidades e costumes de uma determinada família ou região.

A sociedade passava por modificações que a faziam ir de encontro com as leis do Estado, pois os costumes se mostravam mais fortes. Como veremos adiante, em outro tópico deste trabalho, ao mesmo tempo em que o homem era o total provedor da família, a mulher inicia seu papel no mundo do trabalho, assim como também na política e a criança passa a ser não apenas de responsabilidade dos pais, mas também do Estado. Com os avanços sociais os valores éticos se redefiniram, por necessidades práticas da própria sociedade. O Estado transmitia seus ideais e valores para a sociedade, porém ela readaptava-os de acordo com suas próprias necessidades.

O comportamento da família na rua agilizou a dinâmica urbana marcada pelo cosmopolitismo, onde não faltou a participação familiar em movimentos sociais ligados à vida comunitária. Se por um lado a família não exercitou as práticas clássicas de cidadania, ela foi determinante na configuração da identidade cultural da cidade. Sua inclinação pelo consumo crescente de diversão contribuiu para definir o espírito lúdico do carioca (ARAÚJO, 1993, p. 390).

Com os princípios e funções voltados para a transformação, visando à modernização, a família mostrou-se empenhada em agir como auxiliadora e neste período se apresentou de forma bem dinâmica e integrada à sociedade mediante os diferentes papéis e funções atribuídos a cada componente pertencente a ela. Cabe ao homem ser o chefe de seu lar, a mulher a protetora e as crianças, as futuras gerações. A essas funções cabiam também ao Estado intervenções mediante seus ideais de civismo e modernização. No entanto, antes de analisarmos estes aspectos, vejamos as três diferentes fronteiras, que denominamos de confins (limite de um território) não apenas geográficos, mas também esferas sociais, culturais, éticas, morais etc. que se cruzam e deixam suas marcas na vida dos componentes de uma família.

1.2 Cruzando as fronteiras: a Casa, a Rua e o outro Mundo.

A família, “mão invisível” do funcionamento social, “deus oculto” da economia, às vezes conspiradora no próprio interior da democracia política, situa-se nas fronteiras indefinidas do público e do privado. O limite que os separa faz-se sinuoso na família, variando segundo os tempos, os lugares e os ambientes, da mesma forma como ela serpenteia pela casa (PERROT, 2009, p. 103).

Quando falamos de diferentes espaços, nos remetemos aos estudos sociológicos, com base em Matta (1997), que nos fornece uma longa análise em seu livro “A Casa e a Rua”, diferenciando estes espaços e nos mostrando que somos “diferentes pessoas”, com diferentes iniciativas, pensamentos, ações, emoções, imagens, entre outros, nestas fronteiras. Ao analisar estes três mundos, perceberemos o quanto ele diferenciou determinados aspectos familiares, como a mulher no trabalho, na casa e algumas vezes no outro mundo, que é chamado assim pelas situações vividas no lazer.

Esses espaços, chamados por mim de fronteiras que não se limitam apenas ao geográfico, mas sim ao moral, ao ético e ao social. São as regras ditadas pelas culturas dominantes. São os diferentes espaços que dependem um do outro para sua existência. Eles sempre serão vistos de forma real, porém como uma perspectiva não total de sua dimensão, ou até mesmo irreal, pois como diz Matta (1997) “(...) a realidade seja sempre vista como parcial e incompleta.” O todo normalmente é difícil de vermos, nos restringimos sempre a uma parte dele para analisarmos. Com isso, neste momento faremos menção às três fronteiras de forma limitada.

O espaço da casa e o espaço da rua são dependentes um do outro e ao mesmo tempo opositores, visto que “(...) não se pode falar da casa sem mencionar seu espaço gêmeo, a rua.” (MATTA, 1997, pp. 54-55). Também se mostram opositores, pois são espaços fechados por um grupo específico, tendo cada grupo social o seu. Ao levarmos isso para nossa discussão na instituição familiar, neste momento, vemos que há um combate entre esses dois espaços na vida dos membros dessa instituição. No caso específico, a mulher passa a ser uma em casa e outra na rua. Na casa, ela é a conservadora do lar, a protetora; na rua ela passa a ser a profissional, a mulher com desejos e ambições, a cidadã⁵. Pois segundo Matta, “se no universo da casa sou um super cidadão, pois ali só tenho direitos e nenhum dever, no mundo da rua sou um subcidadão, já que as regras universais da cidadania sempre me definem por

⁵ Período demarcado pelas lutas feministas para o sufrágio e pelos direitos políticos da mulher. Busca pelo reconhecimento da mulher enquanto cidadã. Que teve êxito em 1932, com o Decreto nº. 21.076, sancionado por Getúlio Vargas que apresentava o voto a partir de 21 anos, sem distinção de sexo, porém sendo ele facultativo as mulheres e aos homens acima de 60 anos.

minhas determinações negativas: pelos meus deveres e obrigações, pela lógica do não pode e não deve” (MATTA, 1997, p. 93).

O mundo da casa é marcado pela amizade, zelo e parentesco. É visto como um mediador do indivíduo para a sociedade, tendo ele que desempenhar um papel importante. Mediante Matta, “É uma dimensão social de onde todo universo social é ordenado sob uma determinada perspectiva.”, a da casa. Entretanto, o mundo da rua é marcado pelas lutas do progresso, pela idéias revolucionárias e pela história. Somos nele “uma temporalidade transformadora e pública” (1997, passim).

Tudo isso me leva a acentuar que temos uma verdadeira constelação de instituições e valores relativos ao outro mundo que só podem ser compreendidos quando se introduz a idéia de relação no quadro conceitual. Relação porque o universo social é internamente dividido. Relação porque os mediadores são básicos. Relação porque é crítico que o sistema se reintegre sensível e concretamente por meio de uma experiência de comunicação entre os seus três espaços básicos: a casa, a rua e o outro mundo (MATTA, 1997, p. 157).

Ao retratarmos de forma limitada, visto que não é o foco de nosso objeto de estudo, sobre os três espaços que Matta (1997) nos apresenta, nos direcionamos para os diferentes “personagens” que as pessoas apresentam de acordo com o meio/ ambiente em que freqüentam. Isto caracteriza a família e os papéis de seus diferentes membros, somos um em casa, outro na rua e outro, no outro mundo, temos funções diferenciadas nesses espaços autônomos, porém interligados e dependentes.

(...) o paradigma brasileiro é mais do que uma mulher. Ou melhor, é precisamente uma mulher porque o feminino assume um aspecto relacional básico na estrutura ideológica brasileira como ente mediador por excelência. As mulheres são mediatrizes (e meretrizes = mediadoras) no Brasil. Ligam o interno com o externo (...) (MATTA, 1997, p. 129).

1.3 O homem pela perspectiva da família: O reconhecimento do chefe familiar

A família estruturada pela legislação brasileira não é o simples reflexo do modo de relacionamento do grupo familiar, conforme vivenciado nas diferentes classes sociais. É, antes, a codificação de uma visão de mundo das elites dominantes, preocupados com a legitimação, em termos legais dos laços familiares, com a definição do poder marital e paterno com a legitimação da prole e a regulamentação do patrimônio. (...). Há um dado interessante na análise de como o Estado percebe a família e dela fala através do direito. Em 1916, a família era tratada de forma isolada de outras relações civis. Era o campo do privado. Só a partir de 30 a mensagem do Estado sobre a família articulou-se a outras esferas, abrangendo o trabalho, a previdência social, a criminalidade e até mesmo a constituição. (...). Na área das relações do trabalho, a partir de 30, desenvolveu-se na legislação uma particular

atenção para com a família, no tocante à regulamentação dos trabalhos da mulher e do menor. Tal regulamentação era presidida pela lógica de que o pai ou o marido cabia a direção familiar. A este dava-se o direito de rescindir o contrato de trabalho do menor e da mulher casada 'quando a sua continuação for suscetível de acarretar ameaças aos vínculos familiares' (BARSTED, 1987, pp. 104, 105 e 108).

Como já visto anteriormente, nosso objetivo é pensar a família brasileira, focada na cidade do Rio de Janeiro, entre as décadas de 1920 e 1930. Mediante isto, cada membro pertencente à família possuía um papel social significativo. Veremos um pouco, neste momento, o papel do homem dentro de sua casa e os deveres instituídos pela sociedade.

Na realidade social da família brasileira, o homem ocupa posição tridimensional. Em primeiro lugar, como chefe de família; em segundo, como uma pessoa dotada de aspirações próprias; e, em terceiro, como cidadão. Estas três esferas não são naturalmente isoladas nem excludentes, principalmente se desejamos perceber o universo masculino pela perspectiva da família (ARAÚJO, 1993, pp. 43-44).

O Estado intervém diretamente na instituição familiar no início do século XX, quando outorga a lei do casamento civil, em 1916, porém não modifica muito os preceitos canônicos presentes até então pela Igreja Católica, pelo Código português Filipino de 1603 que vigorou no Brasil até a promulgação do Código Civil de 1916. Nele, segundo Araújo (1993), é definido ao homem o sólido papel de chefe da família. Esta definição trazia fortes resquícios cristãos incorporados pelo Estado brasileiro republicano. Ainda neste Código o homem tem a tutela marital e o pátrio poder⁶; e também é dele o dever de administrar os bens comuns e particulares da mulher. Enfim, o poder na família, perante a lei, era totalmente do homem. De acordo ainda com a última revogação, dada uma nova redação em 1919, do capítulo III que trata dos direitos e deveres da mulher, na lei 3.071 de 01 de janeiro de 1916 no Código Civil, o homem deveria autorizar a sua esposa para trabalhar com fins lucrativos, artigo 243 desta lei nos diz: *Considerar-se-á sempre autorizada pelo marido a mulher que ocupar cargo público, ou, por mais de 6 (seis) meses, se entregar a profissão exercida fora do lar conjugal.*

Este cenário se modificou com a entrada das idéias de progresso e urbanização no Rio de Janeiro. Como veremos posteriormente, essa responsabilidade do sustento familiar apenas do homem, começou a se abrir para o público feminino, entrando a mulher também no ramo profissional. Neste período estava a sociedade carioca enquadrada no projeto republicano, que tinha como uma das bases a ordem e o progresso e para tal, a busca por uma profissão era extremamente valorizada, principalmente quando nos referimos ao modelo da Escola Nova,

⁶ Araújo (1993) define pátrio poder como conjunto de direitos que a lei confere ao pai sobre a pessoa e os bens dos filhos, repousando sobre a autoridade e englobando a proteção de seus filhos legítimos, legitimado, adotivos e reconhecidos.

que tinha como base o ensino profissional para uma futura profissão. Esse projeto republicano⁷ nos mostra o preparo da população para a entrada no capitalismo, com a abertura dos portos, exportação e importação etc.

Para as famílias pobres era difícil ao homem exercer o papel de mantenedor da família, tendo em vista ser sua renda familiar baixa, tendo em geral, que todos os seus familiares lhe ajudarem financeiramente. Diferente disto, nas famílias de nível social médio e alto, *a mulher atuava na esfera privada da vida doméstica e o homem como provedor, no espaço da rua*, segundo Araújo (1993, p. 49).

À responsabilidade exclusiva pela proteção da família corresponde a autoridade masculina nas decisões de vida familiar. O homem de classe média, ciente da obrigatoriedade de sustentar os filhos, conforme reza a lei, incorpora o sentimento de responsabilidade pelo bem-estar não somente material mas também emocional da família (ARAÚJO, 1993, p. 52).

Ao homem era exercido o papel de transmitir a cidadania e seus conceitos a sua família, cabendo-lhe mostrar aos seus filhos e esposa o que é ser cidadão de um país e quais suas obrigações. A ele era dado o poder dentro da família da representação política, sendo seu dever mostrar para sua mulher e seus filhos as tendências, ideais e lutas políticas tanto nacionais, quanto as internacionais. Segundo Araújo, essa visão do “homem como formador de opinião política familiar” (1993, p. 58) também houve alterações no período estudado, tendo em vista as lutas feministas, que foram reconhecidas desde o final do século XIX, mas que na década de 1920 que teve o êxito com o início da mulher para o voto censitário⁸.

É dado ainda ao homem o papel de chefe e de tutor de sua família, como forma de intervenção do Estado para intervir diretamente nesta instituição. Vimos isto no Código civil, em que nos mostra que as atribuições do homem são de dominação, se assim podemos nos referir, para com seus filhos e mulher. Enfim, o homem é tido e outorgado pelo Estado e pela sociedade, de modo geral, como o centro de sua família, no espaço da rua e em parte no espaço da casa, sendo este o chefe de família. Entretanto, tais atribuições peculiares aos homens foram sendo modificadas pelos novos ideais modernos.

⁷ Conhecida como República Velha- período de 1889 a 1930.

⁸ Este fato ocorreu primeiramente em 1928 no estado do Rio Grande do Norte, dando abertura para Getúlio Vargas em 1932 sancionar o sufrágio a todo o país.

1.4 As mudanças sociais da infância mediante a família

Ao longo da história encontramos as crianças como não pertencentes por meio de seus direitos na sociedade, tendo em vista que apenas em 1959 foi aprovada a Declaração dos Direitos das Crianças, na Assembléia Geral das Nações Unidas. A criança até o século XVII era tida com um adulto em miniatura, sem seu próprio espaço na sociedade e sem sua própria personalidade de criança, como nos diz Philippe Ariès em *A História Social da Criança e da Família*. Também este autor nos diz acerca da palavra infância, que vem de *infante* que significa aquele que não fala. Mediante isto, vemos que o próprio termo dado ao público infantil, que conhecemos com a infância, destina-se ao não lugar na sociedade, sendo uma pessoa sem voz e poder.

No período focado em nossa pesquisa o público infantil ganha um foco especial por parte do Estado, pois os índices até então eram elevados de crianças desabrigadas, trabalhadoras e abandonadas. Para os médicos e também para o Estado, era o principal objeto de atenção. Tendo em vista a importância de construir “normas de conduta” (ARAÚJO, 1993, p. 161) higiênica e disciplinadoras para os futuros cidadãos cariocas. A sociedade passou entender que as crianças eram os cidadãos do futuro e que por isso deveria haver uma intervenção direta neste público para o progresso do país.

A criança é cada vez mais considerada a partir de um universo próprio a esta fase da vida. Alia-se o cuidado com a saúde infantil, que se vem acentuando desde o século XIX, com a chamada psicologia infantil. A formação de hábitos, as regras de comportamento social e a instrução da criança merecem atenção dos pais e dos familiares. Nas classes média e alta um espaço especial na vida doméstica lhe é dedicado. A criança ocupa um espaço separado na casa, tem horários próprios para as refeições e oferta de atividades de lazer (ARAÚJO, 1993, p. 173).

O público infantil passa a ser preocupação de uma nação moderna, que busca a mediação entre a criança e a sociedade e esta ocorre com a família no âmbito da casa e com a escola, na rua. Este público passa a participar das oportunidades urbanas presentes no cenário da capital do país, como as festas populares ou civis, comemorações do dia da criança (que se iniciou em 1916), revistas infantis etc.

O movimento modernista na capital brasileira gerou grandes impactos na vida da criança. A criança passou a ser reconhecida como ser pertencente e modificadora da sociedade, alterando a vida privada da família. A família passou a enxergar a criança e a infância como a estrutura/ base de um futuro homem, com um valor social inapreciável, tendo

suas vontades, desejos, discordâncias e sentimentos. A criança entrou no processo de reconhecimento de seu lugar na sociedade e na família.

1.6 A mulher do século XX e seus entendimentos

A posição da mulher dentro da família, independentemente dos condicionamentos de classe, tem como ponto comum sua função de reprodutora. Esta característica biológica é um fato universal e atemporal. É da função da maternidade, que se origina a chamada estabilidade e permanência da família, em suas diferentes formas, trazendo como consequência, em quase todas as sociedades, a subordinação social da mulher (ARAÚJO, 1993, p. 63).

Como é notável na citação acima a mulher é enquadrada em uma determinada posição e função na sociedade, que a denominou como submissa, principalmente dentro de sua família. Entretanto com o passar dos anos e com os avanços econômicos, políticos, sociais, culturais a mulher começou a se mostrar ousada, ocupando seu espaço em uma sociedade que até então era dominada por homens. No início desta transição apenas uma parcela das mulheres possuíam esta “autonomia” que eram na maior parte as trabalhadoras⁹, as prostitutas e as feministas. Logo com o passar dos anos essa “revolução” começou a ganhar força: eram as mulheres cada vez mais presentes no mercado de trabalho, nas escolas, na vida social etc.

A liberação da mulher sensibilizava diferentemente os setores da sociedade. As camadas populares não participaram tão diretamente do debate para os avanços femininos. Por um lado, o grande número de mulheres que ganhava seu próprio sustento estava livre da dependência econômica masculina, usufruindo de relativa autonomia. A supremacia do poder masculino afetava-as principalmente no plano dos valores morais (ARAÚJO, 1993, p. 69).

Os progressos mais visíveis femininos na medida em que crescia o processo de urbanização foram, de acordo com Araújo (1993), no plano da educação, em que até a República era grande o índice de analfabetismo, sabendo que este se perdurou durante as primeiras décadas do século XX, todavia diminuindo com o passar dos anos. Outro progresso que podemos considerar também relevante na área da educação já nas primeiras décadas do século XX é a crescente mão de obra feminina neste mesmo setor. Um dos fatores que ajudou nesses avanços foi à separação do Estado com a Igreja, o que tornou a mulher “livre” dos dogmas e tutela católica, tornando assim o Estado e a educação laica.

⁹ Geralmente eram mulheres sem maridos, mães solteiras ou viúvas.

As mulheres começam a cruzar as fronteiras da casa, mudando “a mentalidade de submissão transformada pela atmosfera urbana liberalizante (...)”, (ARAÚJO, 1993, p. 73). O público feminino começa a se relacionar entre si nos espaços das ruas, atuando nas indústrias, no comércio e atingindo cargos públicos, até então destinados a homens e carreiras de nível superior.

Se no universo da casa sou um supercidadão, pois ali só tenho direitos e nenhum dever, no mundo da rua sou um subcidadão, já que as regras universais da cidadania sempre me definem por minhas determinações negativas: pelos meus deveres e obrigações, pela lógica do ‘não pode’ e do ‘não deve’. (...). Neste mundo ‘real’ há uma verdadeira guerra entre a casa, a rua e o outro mundo, cada um querendo englobar à força do outro (MATTA, 1997, pp. 93, 107).

Outro fator que ajudou a criar espaço para a mulher foi o mundo do trabalho, como acima citado. A mulher mostrou, aos poucos, que era possível atuar nos setores de produção, assim como os homens atuavam e podemos falar que até com a mesma necessidade de atuação, que é a sobrevivência. Neste setor, seu maior crescimento se deu nos trabalhos manuais, no comércio, no magistério, em áreas relacionadas a espetáculos e do vestuário, principalmente quando nos referimos à década de 1920.

Nas camadas mais pobres da população, o avanço feminino se deu de forma bastante diferente:

(...) onde o trabalho feminino não só era aceito como também valorizado. Trabalhando predominantemente em serviços domésticos, as mulheres conciliavam muitas vezes na própria casa da patroa atividades extras, tais como preparação de doces e salgados para serem vendidos fora. Esses serviços garantiam à mulher pobre uma relativa autonomia em relação ao homem, gerando a valorização social desse trabalho, na tentativa de assegurar uma identidade própria que a diferenciasse do homem (ARAÚJO, 1993, pp. 78- 79).

No meio de toda a mudança social, a mulher busca ressaltar sua sexualidade, incrementando novos métodos para ser agradável, tornando seu objetivo fundamental o embelezamento. É através desta que ela agrada ao público masculino. Aliada ao embelezamento, a moda se torna presente, consumindo cada vez mais espaço em sua vida. É perceptível que a mulher do século XX, aqui analisada, busca assistir não apenas seus interesses pessoais, porém também o espaço da casa, dando assistência a sua família, tentando agradar seu marido e filhos. Veremos isso de forma mais aprofundada em uma das partes deste capítulo, na qual abordaremos à análise da revista publicada em 1920, *A Casa*.

As preocupações com a moda ocupam grande espaço na vida da mulher, consumindo tempo e dinheiro. Essa motivação crescente no universo feminino não só leva a um aumento da entrada da mulher na indústria da moda, como também a uma ampliação das atividades domésticas ligadas à costura. Isto é válido tanto para quem se ocupa desses serviços comercialmente, como costureiras e alfaiates, como também para quem costura para o consumo próprio ou da família (...) (ARAÚJO, 1993, p. 83).

1.5.1 A arte de educar e o prazer de estudar

A arte do magistério é quase uma continuação das tarefas educacionais da mãe dentro da casa, habituada a ensinar e dar boa formação aos filhos. Ser professora, na opinião de grande parte da sociedade, era ter a profissão ideal de uma mulher, que possuía uma moral mais elevada que o homem, é mais delicada e indulgente com as crianças, além de doce, carinhosa, sentimental e paciente (ARAÚJO, 1993, p. 79).

O magistério era um dos únicos trabalhos que era reverenciado e aceito para o público feminino. Era tido como continuação de suas tarefas em casa, no âmbito familiar, a de educar. Era mostrado como uma tarefa nobre tanto para a mulher quanto para a família. Tornou bastante freqüente à busca, por parte das mulheres, do emprego no ensino público. Esta arte de ensinar, como vimos no trecho acima, era uma tarefa vista pela sociedade como nobre. Os pais que formavam suas filhas professoras era um motivo de orgulho de acordo com Araújo (1993).

O papel da mulher a cada ano que passava se mostrava mais reconhecido pela sociedade, apresentando-se de forma concreta na sociedade. Como parte do foco de nossa pesquisa, podemos verificar que a Reforma da Instrução Pública, ocorrida no Distrito Federal de 1927 a 1930 por Fernando de Azevedo, apresentava a mulher com seu lugar específico no ensino, dando-a respaldo para trabalhar em espaços públicos, assim como também para aperfeiçoar suas aptidões domésticas, como nos aponta uma das nossas fontes primárias de pesquisa “O Boletim da Prefeitura do Distrito Federal.”

Como já citado anteriormente, a mulher com o passar dos anos tem lutado e conquistado pelo seu lugar na sociedade. Diante disto, encontramos medidas por parte do Estado e ideologias por parte da imprensa, que redefiniam seu lugar na sociedade, tendo em vista que a mulher sempre teve o seu espaço, todavia houve mudanças no seu tratamento. Uma das medidas que o Estado tomou foi confirmar como obrigatória a disciplina de trabalhos manuais e economia doméstica dentro dos programas das escolas femininas, visando o aperfeiçoamento da mulher nos afazeres domésticos.

Quanto à economia doméstica, ela é indispensável à educação feminina, não só para procurar atenuar as dificuldades, dia a dia crescentes, no equilíbrio dos orçamentos domésticos, mas para a solução de numerosos problemas, entre os quais, não de menor importância, está a necessidade de reviver o amor do lar, cujo prestígio diminui assustadoramente, diante das seduções de uma vida cada vez mais exterior e mais mundana (Boletim da Prefeitura do Distrito Federal, 1926, p. 188).

A mulher ao longo do tempo foi vista pelas determinações ideológica e/ou culturais que a sociedade definia por seus deveres domésticos e instituía a obrigação de ser a “protetora do lar”. Não obstante, o público feminino tentou determinar seu lugar e papel de forma diferente. Não conseguindo deixar o espaço doméstico as mulheres conseguiram atribuir para si dois espaços: a casa e a rua. Tornou-se a mulher, então, apta para as atividades cotidianas, até então atribuídas como os afazeres domésticos, também a função de mantenedoras financeiras da casa e sua função se protetora e conservadora do lar, tendo que zelar pela ordem de sua casa, como afirma Araújo (1993).

1.5.2 O perfil da mulher na década de 1920: Análise da revista A Casa

A casa é tudo na vida. A casa é a família, a Pátria, é a sociedade. Fora do lar não há felicidade possível. A casa é edifício em que se apóiam os altos destinos da Pátria. É da casa que surgem os sustentáculos poderosos das nações (Revista A Casa, 1920).

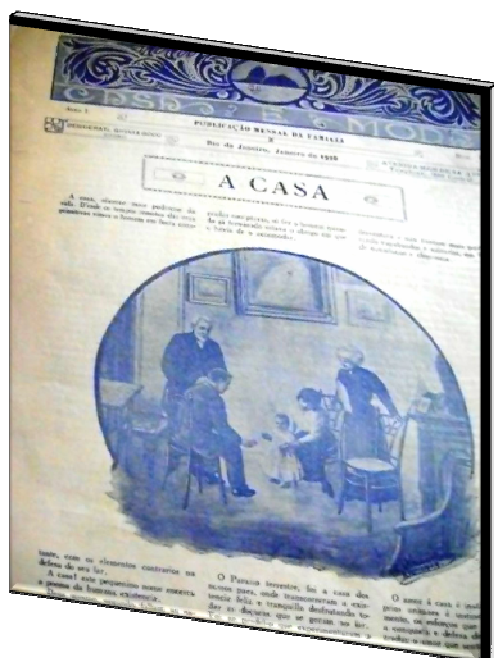


Ilustração I- Interior e relacionamento dentro de uma casa. Biblioteca Nacional, Revista A Casa. Ano 1,1920, p. 5.

A Revista A Casa, Publicação mensal da família, publicada em 1920, direcionava-se ao público feminino, buscando transmitir a concepção da mulher como a responsável pela

harmonia e organização do lar e pela educação de seus filhos. Com isso a apresentação da revista nos mostra:

Penetrando em todos os lares, com a devida vênica, cuidará ainda, dos deveres domésticos, preparando a moça patricia para os árduos encargos da família, ensinando-lhe os pequenos detalhes e dos difíceis retoques. (...) A novel revista propõe-se à encarnizada propaganda a favor do sexo feminino no sentido de vê-lo no posto em que merece, dada a acentuada e notável evolução do mundo, depois da guerra (Revista A Casa, 1920, Editorial).

O primeiro artigo da Revista A Casa do mês de janeiro de 1920 se apresenta enaltecendo “a casa” como um ambiente que deve ser prazeroso e harmonioso. Leva a mulher a defender seu lar, pois deve ser ele o “paraíso terrestre”, mostrando que é seu dever exclusivo a sua dedicação para que sua casa seja um lar com paz e amor.

A Revista é baseada em conceitos religiosos, com a visão da mulher perfeita e protetora do lar que está passando a ocupar um espaço na sociedade e também uma visão patriótica e nacionalista, que transmitia a arte da cultura com as músicas, pinturas, trabalhos manuais, etc. à luz da evolução de nosso país.

Não, a cultura nada é, nada significa, quando se cinge exclusivamente em saber repetir o que nos ensinaram, aliados porém à inteligência o seu poder é completo e majestoso, transformando-se em sólidos alicerces para a descoberta de novas teorias, assuntos e conhecimentos. (...) Só a inteligência é que enaltece e concede a verdadeira nobreza, outorgando, aos seus adeptos, os louros que conquistaram na arena trabalhadora e fatigante da ciência (Revista A Casa, 1920, A cultura! A Inteligência).

Outro aspecto relevante era a preocupação com o visual, a estética da mulher, tendo ela que se apresentar perante a sociedade e seu marido de forma magnífica, estando atenta as tendências da moda, como os tecidos e sua estampas, os chapéus que estavam em alta, os principais bordados, estilos de cabelos e penteados, entre outros. Valorizava sempre a busca pela vaidade e o culto a beleza. “Não há no mundo nada que mais impere, revolucione empolgando espíritos, mesmo as mais simples e indiferentes que a moda” (Revista A Casa, 1920, Moda).



Ilustração II - Crônica sobre as tendências da moda e ilustração de dois modelos de vestidos. Biblioteca Nacional, Revista A Casa. Ano 1,1920, p. 9.

A roupa branca é mostrada de forma especial, visto que ela ajudará com grandes forças na procriação dos filhos. Faz-nos entender sutilmente que também era dever da mulher a multiplicação de sua família, além, como já vimos, de sua manutenção. O interessante é a forma como que é apresentado tal assunto. *A roupa branca ocupa um lugar eminente e de grande importância no seio familiar; elemento indispensável das nossas necessidades imediatas, ocupa-nos a atenção quer seja pelo lado prático, pelo econômico e mesmo no sentimental* (Revista A Casa, 1920).



Ilustração III- As mulheres e suas camisolas. Biblioteca Nacional, Revista A Casa. Ano 1,1920, p. 16.

Tenta-se alterar um pouco a idéia da mulher ser totalmente submissa ao homem, de acordo com o artigo “Artes Femininas” presentes na Revista. Este exalta a mulher e a construção/formação de seu novo papel, garantindo sua grande influência, “sua voz”, na construção da sociedade, assim como também na sustentação de sua casa. É mostrado que ela encontrou sua real independência, claro que sendo ela delimitada de acordo com seu contexto histórico e social. Entende-se que as mulheres do período almejam sua total independência, porém mostram sutilmente esta sua vontade.

É surpreendente a evolução a que atingiu o ideal feminino e não podemos deixar de aplaudir os esforços para a completa vitória de tão importante quão delicado assunto. Como vimos a mulher provou-nos sua competência, dedicação e coragem, sintetizando a sua ação nos dias calamitosos da guerra, substituindo galhardamente o homem, em todos os mistérios, mesmo os mais rudes. Diante desta prova indiscutível e brilhante, a mulher proclamou a sua independência moral e material, e assegurou a sua emancipação social (Revista A Casa, 1920).



Ilustração IV- Tipos de mulheres. Biblioteca Nacional, Revista A Casa. Ano 1, 1920, p. 29.

No plano ideológico e de forma subjetiva como eram transmitidos as mulheres, claro que de um nível econômico razoável para o público a que se destina a revista a educação dos filhos deveria ser o principal propósito de suas vidas. Era de ordem cristã, tal obrigação e virtude. Quando se tratava das filhas, a mulher (mãe) obtinha uma responsabilidade ainda maior, pois deveria ensiná-las as boas maneiras: “elegância, beleza, amor, usos sociais, moral, educação, higiene, história e cultura” (Yolanda, Revista A Casa, 1920), além do amor, dedicação e culto pela pátria. “Toda vez que se educa uma filha, se funda uma pequena escola”, (Agostinho de Campos, Revista A Casa, 1920).



Ilustração V- Crianças brincando e exibindo suas roupas. Biblioteca Nacional, Revista A Casa. Ano 1, 1920, p. 19.

Cultiva na alma dos teus filhos a tenacidade, talismam da vitória, arma invencível dos triunfadores e dos infelizes. Anima-lhes extremosamente as ingênuas tentativas, consola-os no desastre dos seus esforços e aconselha-os a persistir sempre – explicando-lhes a causa do insucesso e os meios de o iludir (Revista A Casa, 1920).

É uma Revista com um forte teor manipulador e ideológico tanto aos moldes cristãos, como aos moldes nacionalistas, penetrando nos “lares” com valores muito fechados e absolutos, sendo mostrada a forte submissão da mulher, tanto para seu marido, quanto para o Estado ou a sociedade. Os artigos publicados na revista foram organizados de forma que intercalava o espaço doméstico com matérias sobre o país e o mundo. Sempre há várias propagandas destinadas a seus afazeres cotidianos, tais como: lojas de tecidos, chapéus, jóias, sapatos, perfumes, tapeçarias, mobiliárias e escolas. Também encontramos partes específicas

para a culinária, música e bordados, ensinando-as e incentivando-as a fazeres. Há uma pequena parte acerca de futebol, o que nos leva a perceber que tal esporte, destinado até então para o público masculino, está começando a ser de interesse para o público feminino.

Capítulo II

O desafio da educação: A Reforma e o Reformador.

O que se quer, ajustando a escola ao meio social e procurando attrair, o ideal commum, as outras instituições sociaes, não é fazer da escola um reflexo do meio, um aparelho de adaptação, mas um elemento dynamico, creador e disciplinador de actividades e energias, capaz de transmittir um ideal ás novas gerações e, exercendo sobre ellas uma pressão poderosa, contribuir á transformação, em determinado sentido, do meio para qual foi creada.

Fernando de Azevedo, 1930.

2.1 O reformador da educação brasileira: um pouco da vida de Fernando de Azevedo e seus ideais progressistas

Com o este capítulo pretendemos analisar como Fernando de Azevedo se empenhou com toda sua vida, esforços e ideais para revolucionar e reformar a educação brasileira.

Fernando de Azevedo nasceu em São Gonçalo do Sapucaí, Minas Gerais em 1894 e morreu em 1974, aos 80 anos de idade. Estudou em colégios Jesuíticos, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, na qual fez seus votos religiosos, entretanto, logo os renunciou. Graduou-se na faculdade de Direito, mas nunca advogou. Atuou no mesmo período que cursou a graduação, como professor de latim e psicologia no Ginásio do Estado, em Belo Horizonte, dando início a sua paixão pela docência aos 22 anos de idade. Em 1917 mudou-se para São Paulo, onde continuou sua docência no Ginásio Anglo-Brasileiro, depois, na Escola Normal da capital do Estado. Ainda em São Paulo iniciou no jornalismo (Correio Paulista e O Estado de São Paulo), em que se destacou por sua crítica literária, tendo como foco as necessidades da educação, principalmente no que se referia à criação de universidades no país. Por meio de sua crítica literária ao Estado, o intelectual, que hoje conhecemos, dedicado a reforma de instrução pública no país, teve suas idéias e críticas sendo publicadas para a sociedade, em que passou a conhecê-lo, segundo nos informa o Arquivo Fernando de Azevedo/ IEB.

A trajetória de vida de Fernando de Azevedo foi longa, atuando em diferentes Estados do Brasil na luta para a melhoria e reconstrução da educação, como forma de ser o meio para modernizar/aperfeiçoar o país. Ele se dedicou exclusivamente à educação brasileira, tais como: a fundação da Associação Brasileira de Educação (ABE) em 1924; Diretor Geral da Instrução Pública do Distrito Federal em 1927 a 1930 e também em São Paulo em 1933; Redator e primeiro signatário do Manifesto da Educação Nova em 1932; Interventor na criação da Universidade de São Paulo em 1934; Diretor da Faculdade de Filosofia em 1941; Secretário da Educação e Saúde do Estado de São Paulo em 1947; Secretário da Educação e Cultura da Prefeitura de São Paulo em 1960. Em 1961 encerrou sua participação na vida pública, aposentando-se como professor catedrático da Universidade de São Paulo, após 41 anos de magistério; Também atuou como redator do Manifesto dos Intelectuais em 1965; Por fim, em 1968 assumiu a cadeira 14 da Academia Brasileira de Letras, segundo nos indica o Instituto de Estudos Brasileiros Arquivo Fernando de Azevedo.



Ilustração VI- Fernando de Azevedo. São Paulo, 1934. Fotografia de Carlos Rosen – IEB/USP.

As intervenções no âmbito educacional geradas por Fernando de Azevedo, como transcritas acima, nos permite identificar sua fissura (paixão) por este campo. Ele conforme nossos estudos apresentam, se preocupava com as ordens éticas e políticas da sociedade, que tinha como idéia central a reforma da educação brasileira como modificadora e transformadora da sociedade. Para ele, reformar a educação era o único meio de modernizar e civilizar o Brasil, pois somente assim, haveria reforma moral e mudanças na mentalidade da sociedade. *Daí sua concepção da educação como agenciadora de uma consciência moral, encaminhando o indivíduo ao desenvolvimento de suas potencialidades e sua imersão no mundo social. Assim, a sã educação do cidadão é condição para a saúde do Estado* (PENNA, 1987, p. 3).

Sua centralidade na transformação da sociedade nos dispõe a entender que a educação é a condução moral, ética e humanista da vida do indivíduo. É por meio da educação que aprendemos a pensar e a questionar, que nos tornamos um ser racional. Em toda trajetória de pensamento de Azevedo encontraremos a persistência da finalidade moral e social da educação, pois sua essência pedagógica, segundo Penna (1987, p. XXI), seria formar na consciência humana uma personalidade moral e um sentido social, dando sentido à luta pela transformação da sociedade brasileira, que para ele era a resolução do problema fundamental da população brasileira.

Entender, analisar e tentar atribuir soluções a realidade brasileira, identificando a identidade nacional e organizando a cultura, para Fernando de Azevedo somente seria possível através da democratização da educação, que deveria ocorrer da ligação direta da escola pública com o meio social. Os pensamentos de Azevedo foram abrindo caminhos para tal reformulação educacional em âmbito nacional e como “reformador ele tentou transformar suas idéias em ação” (PENNA, 1987, p. XXV). Ele se mostrou um autodidata no campo educacional, conforme vimos anteriormente, pois sua formação se apresentou em outras áreas. Entretanto as buscas por seus ideais e convicções se tornaram reais, desejando uma maior

mudança na sociedade brasileira, colocando-o como sujeito na luta pelo progresso e organização do país.

Como os antigos gregos, Fernando de Azevedo, não pensou a educação como arte formal ou teoria abstrata apenas, mas como algo imanente à própria estrutura histórica e objetiva da vida espiritual de uma nação, manifestando-se de modo exemplar na literatura, expressão real de toda a cultura (PENNA, 1987, p. XXIV).

Para ele a civilização e o progresso do homem ocorriam por meio da cultura, que seria desenvolvida e apresentada à sociedade por meio de leis que regulamentariam o funcionamento social, orientando todo o país em uma única direção, para a modernização. Ensina-nos que devemos compreender a educação como fenômeno de transmissão da cultura, tendo com isso um ideal político e pedagógico de renovação da tradição cultural de um país periférico. Por isso, a sua luta pela reconstrução nacional foi infindável e incansável. A atribuição da reforma educacional e da organização da cultura ocorreu por meio de uma nova visão de mundo, ocorrendo isso pelas tentativas de mudanças na mentalidade do povo brasileiro.

Ao pensar a possibilidade da educação como fator de transformação, suas idéias conduzem a questões importantes, como a da educação das massas e formação das elites, seu papel, a questão dos vínculos entre educação e sociedade, a ação recíproca de uma sobre a outra, a correlação entre a pedagogia clássica e o velho humanismo, e deste, enfim, como o que qualificou de neo-humanismo. Superou, assim, o tabu do humanismo clássico ao reorientá-lo em direção a um neo-humanismo pedagógico que preparasse o homem a dar uma contribuição social eficaz e transformadora e ao introduzir na sua visão do humano a idéia de progresso. Tem, sob esse último aspecto, a visão otimista do século XIX, achando que o conhecimento científico levaria a uma mudança, para melhor, da realidade, e a uma modificação adequada das relações sociais, rumo ao socialismo e aos grandes ideais humanitários. (...) (PENNA, 1987, p. XXII).



Ilustração VII- Fernando de Azevedo na sua biblioteca em sua casa, São Paulo, 1955. IEB/USP.

2.2 A Reforma de Instrução Pública no Distrito Federal em 1928

A verdade é que só a educação cria forças vivas; a instrução não serve senão para dirigi-las.

Fernando de Azevedo.

No governo de Antônio Prado Júnior, prefeito da cidade do Rio de Janeiro no período de 1926 a 1930, Fernando de Azevedo foi convidado, por meio de indicações como a do presidente do país Washington Luís, a integrar o atual governo. Em 17 de janeiro de 1927 Azevedo tomou posse no cargo de diretor de Instrução Pública do Distrito Federal.

Estava então composta, desta forma a “trinca de paulistas”- Washington Luís, Prado Júnior e Fernando de Azevedo- que passariam a ditar os rumos da sociedade carioca no final dos anos de 1920: o primeiro na Presidência da República, o segundo na prefeitura do Rio de Janeiro; e por fim, o último na esfera educacional. Em seu discurso¹⁰, amplamente divulgado na imprensa, Azevedo procurou traçar um quadro interpretativo da educação na capital federal que viria a servi-lhe como introdução ao conjunto de reformas a serem implantadas no Rio de Janeiro (IEB/USP- Arquivo de Fernando de Azevedo, A Reforma do Ensino no Distrito Federal 1927 – 1930).

¹⁰ Discurso publicado no Jornal do Brasil em 21 de janeiro de 1927. Ver anexo deste trabalho.

Ao tomar posse do cargo de diretor da Diretoria de Instrução da capital do Brasil, Azevedo de início buscou fazer um recenseamento que averiguasse o quadro escolar da então cidade. A partir de então, começou a implantar seu plano de reforma educacional que pretendia renovar, aproveitar e aperfeiçoar a educação vigente.

A ambição de Fernando de Azevedo era dinamizar e implantar um projeto que reconstruísse a nação para atingir a tão sonhada modernização. Para tal, era necessário uma reformulação da educação¹¹, pois segundo Azevedo, era por ela que o país poderia atingir, por meio das novas gerações este ideal desejado de civilização. E também por meio desta educação transformadora que haveria uma entrelaçação da cultura e uma democratização de oportunidades.

(...) a educação é basicamente um mecanismo de transmissão de cultura, perpetuando portanto, representações e valores. Ela é, ao mesmo tempo, parte integrante das culturas humanas. A relação pedagógica, como relação social, é a que se estabelece entre a geração adulta e a geração nova, entre educadores e educandos, entres mestres e discípulos e essa relação é marcada pela intenção, pelos meios e pelos resultados da ação educativa (PENNA, 1987, p. 83).

O período de 1920 a 1930 é identificado pela busca de um país moderno e uma sociedade civilizada, com isso foi atribuída à escola, junto com outras instituições: família, judiciário etc., preparar as novas gerações para o progresso e a civilização, criando assim, uma identidade para o povo brasileiro. Este projeto como uma “nova idéia de civilização” ocorreu em três vertentes principais: “saúde, moral e trabalho” (CAMARA, 2004, p.162), e para implantá-los os intelectuais modificaram os currículos escolares, implantando disciplinas nas vertentes citadas acima. Tal reforma tinha o intuito de “contribuir na formação cívica e moral, ressaltando sua importância para a coletividade social” (2004, passim), sendo conhecida como o Movimento da Escola Nova.

Os saberes que foram introduzidos a esta nova finalidade educativa da escola denotaram a preocupação de associar o homem aos princípios da natureza, do trabalho e da sociedade como formas fundamentais para a formação completa desse futuro cidadão a ser incorporado à sociedade que se pretendia moderna e civilizada. A perspectiva de infância desejada, a se construir a partir do programa, demonstrava a ênfase atribuída à consolidação de princípios higiênicos a serem ensinados e interiorizados pelas crianças das escolas públicas, intervindo no corpo, na casa, na família e nos seus hábitos a fim de contribuir para a formação de mentes sãs e corpos sãos (CAMARA, 2004, pp. 169- 170).

¹¹ Em anexo ver alguns recortes de jornais acerca da Reestruturação do Ensino.

Ao se fazer uma reforma educacional Azevedo tem como objetivo transpor os muros da escola. Transpor os muros da escola seria passar por cima dele ou até mesmo destruí-lo a ponto de obter uma relação direta e influente da escola com o mundo, com a sociedade e inversamente. Por meio desta interação que poderia haver as trocas de ambos e é, através das trocas que há retornos e transmissão de valores, idéias, conceitos etc. para a sociedade.

A escola só poderá ser fator de evolução e progresso social e não apenas de adaptação mecânica, quando se abrir as aspirações da sociedade, permitindo um trabalho de criação e reconstrução de experiências. Isto significa também que ela deveria admitir conflitos na medida em que dificilmente há convergência de interesse dos diversos grupos que compõem uma comunidade ou, em sentido mais amplo, a sociedade como um todo. (...). Percebeu perfeitamente as limitações da educação, porque a escola só é realmente fator de mudança social quando as mudanças sociais que ensina podem ser facilmente assimiladas e aprovadas pela sociedade (PENNA, 1987, p. 90).

A educação é vista como agente de mudança social e para tal é uma força renovadora que recupera ao atingir seu êxito a transformação da sociedade. Tal reformador apresenta ao Distrito Federal reformas profundas e radicais que englobaram as mudanças não apenas da educação, entretanto como seu principal alvo, a da sociedade. Fernando de Azevedo afirmava que deveria haver uma reforma total da organização política carioca, segundo Xavier (2002) e para tal, medidas foram encaminhadas pelo Plano da Reforma que girava em torno de dois eixos: a articulação das diversas instituições educativas e a concordância entre estas e a realidade social; e os princípios modernos de educação, entre os quais figuram os pressupostos da educação nova.

Em suma, a intelligentsia procura atravessar o espelho (europeizado) para “ver” o país – e advogar a mudança. Pois a procura da identidade social passa igualmente pela busca angustiante de uma ponte entre essa completa renovação cultural e a reforma da sociedade: a ponte entre a modernidade e a modernização do país (Cf. Martins, apud CAMARA, 2004b, p. 127).

A Reforma tinha como base fazer com que a sociedade brasileira se afirmasse nacionalmente, formando sua própria identidade, e para isso, era necessário formar sua própria imagem resgatando as diversidades culturais, as naturais e sua própria história, mediante o que Camara (2004b) nos apresenta.

Voltada para o poder de transformação da educação, Azevedo buscou implantar uma escola integral que se preocupasse com a formação do cidadão, do seu caráter, de sua moral, consciência, saúde etc. Zelar pela formação do homem atual, para torná-lo civilizado e

educado se mostrava fundamental neste contexto, principalmente quando falamos da produção de indivíduos e suas subjetividades.

Um dos aspectos que marcou de forma decisiva o pensamento dos educadores identificados com o movimento escolanovista era a crença que tinham no poder da educação como meio capaz de vencer as grandes mazelas sociais do analfabetismo e da doença e implementar as bases do novo: um novo país, um novo homem, uma nova educação, identificada, com o progresso, civilização e a modernidade vislumbrada (CAMARA, 2004b, p. 130).

Para implantação de uma reforma política educacional não era necessário apenas as idéias e sonhos, porém a garra e a luta para conquistá-los. Azevedo, em sua luta para modernizar a sociedade encontrou várias barreiras e inimigos em sua trajetória, principalmente em alguns jornais¹². A princípio seu Plano de Reforma não foi aceito, em parte, pelo Conselho Municipal, sendo este substituído em 26 de dezembro de 1927. Após vários embates e discussões acerca da substituição do projeto e de verbas orçamentárias, foi sancionado pelo prefeito Prado Júnior em 23 de janeiro de 1928 o Projeto de Reforma da Instrução Pública do Distrito Federal, em sua íntegra.

(...)Redação final da Reforma de Instrução – o projeto honestamente elaborado pelo Sr. Fernando de Azevedo e que o safadismo de alguns membros da “Mafia Municipal”, tentou derrubar, na impossibilidade de transformá-lo em cavação eleitoral.

(...)

No dia em que o Sr. Fernando de Azevedo foi ao Conselho Municipal (que homem de coragem!) e leu, perante as comissões reunidas o anteprojeto da reforma, obteve do intendente Oliveira de Menezes apoio incondicional e o pedido de um voto de louvor aos méritos de tal trabalho, achando até que o mesmo não deveria ser discutido. (...) (Jornal A Manhã, 08/01/1928).

Houve muitos embates acerca das nomeações de cargos¹³ que Azevedo defendia que seriam ocupados por meio de concursos públicos, visto que alguns do sistema governamentário desejavam a nomeação por escolhas de merecimento ou por tempo de magistério. Durante o período de três anos como diretor da instrução pública, Azevedo conseguiu democratizar o acesso das funções no âmbito educacional, realizando aproximadamente trinta concursos para suprimento de cargos, não apenas do docente, mas também de médicos, dentistas, empreiteiras para construção de novos edifícios escolares, entre outros.

¹² Disponíveis alguns artigos de jornais e o Relatório dos serviços da Diretoria geral de Instrução Pública de 1932, na parte anexa.

¹³ Ver artigos de jornais anexos sinalizados por Nomeações de Cargos.

Para divulgação, adaptação e enquadramento dos profissionais da educação foram criadas as Conferências Nacionais de Educação que tinham como objetivo difundir a idéia da escola nova (nova pedagogia) a todo o país, assim com também fazer sua discussão e entrosamentos a outros ramos da sociedade. Este espaço foi criado como divulgador da Reforma que teve, ao seu redor, meios para articular assuntos que envolviam o âmbito escolar tais como: higiene, trabalho e família. Ambos os assuntos estavam em voga na sociedade, pois para haver modernização e civilização deveria haver a busca da melhoria do trabalho, formas adequadas de higiene e adequação da forma de instruir por parte da família.

A preocupação crescente com a expansão da instrução pública pelas Reformas de Instrução elaboradas para o Distrito Federal, na década de 1920, demonstrava a necessidade de se conferir à escola um lugar central no processo de intervenção na cidade e no meio social, sendo possível por intermédio da utilização de instituições auxiliares ao professor, bem como das instituições visando assistir as crianças pobres. (...) As Reformas de Instrução ao proporem a estruturação de determinados conteúdos, métodos de ensino e de práticas educativas nas escolas, pretenderam configurar uma nova cultura escolar estabelecendo, por conseguinte, um novo padrão de infância moldada aos princípios de higiene e aos referenciais científicos (CAMARA, 2006, pp. 140,147).

Outro embate da Reforma que Azevedo teve de enfrentar foi à questão do analfabetismo. A Reforma entrou em vigor no centenário do ensino primário no Brasil e como tal tentou fazer uma retrospectiva histórica das transformações da educação brasileira. Em tal período grande parte da sociedade brasileira era analfabeta, o que fez da Reforma um incentivo e uma luta na tentativa de baixar este índice. E com um dos itens essenciais da Reforma, a ampliação do ensino primário¹⁴ a todas as escolas, em todos os lugares e para todas as pessoas, de forma gratuita, foi o ponto culminante para a proliferação/ progresso da educação carioca.

Entre os cânones vislumbrados como ponto de sustentação da República a educação aparecia como eixo articulador dos princípios que deveriam orientar e organizar a nação brasileira. Para isso, era preciso desenvolver iniciativas que possibilitassem a organização da educação e, por conseguinte, do ensino a serem realizados a partir da ingerência do poder estatal na condução de uma proposta que conseguisse representar a ampliação da escolarização elementar às massas que, até então, estiveram excluídas da escola (CAMARA, 2006, p. 132).

Ainda como um dos objetivos da Reforma, o ensino profissionalizante teve seu enquadramento e valorização no setor educacional, levando o acesso a uma profissão a toda população carioca, independente de classe social. Por isso a lema: A Escola do Trabalho, pois

¹⁴ Disponível em anexo alguns recortes de jornais sobre a Obrigatoriedade do Ensino Primário.

dava a oportunidade de meninos e meninas desenvolverem uma profissão dentro da escola, e ao saírem dela, terem oportunidade da entrada imediata no mercado de trabalho, produzindo com isso, um progresso na sociedade carioca.

Em face dessa situação angustiosa, que basta expôr para se lhe avaliar a gravidade, verificamos logo, ao estudarmos o plano de organização escolar, a impossibilidade de resolver, em quatro annos de governo, uma questão quasi inteiramente descurada em cerca de quarenta annos. (...).

Por esta forma, pela própria architectura escolar, começamos a tomar a consciência de nós mesmos, da formação e evolução da nacionalidade, cujas origens se evocam num ambiente carregado de lembranças históricas. O passado envolve-nos, penetrando-nos suavemente de nossa vida espiritual e ensinando-nos fortalecer o sentimento brasileiro pela consciência das forças vivas que concorreram para a formação do paiz, realizando uma obra de unificação e solidadiedade. Por uma architettura inspirada nas tradições do paiz, como que voltam á vida gerações de antepassados e, com a gloria de uma origem commum, desperta-se e desenvolve-se, nas novas gerações, a consciência da necessidade de associar á obra que são chamadas a realizar, a obra ligada pelos antepassados como base profunda de todas as construções políticas e sociaes. Num paiz novo, em formação, cujas tradições são ameaçadas por um impetuoso dynamismo renovador, é preciso apparelhar a educação publica de elementos capazes de fazerem dela uma força poderosa de assimilação das novas gerações de trabalhadas por influencias desnacionalizadoras de toda a natureza. (...).

A escola nova, instituída pela reforma, exige para as creanças um ambiente de felicidade. E o governo comprehendeu que é preciso fazel-os felizes para poder educal-as. (...).

Pela sua paisagem envolvente, com seus jardins e campos de jogos, pela sua feição nacional e pela harmonia e elegância de suas linhas, cria-se o ambiente educativo da escola nova, aprazível e pittoresco, de conforto, de arte e de alegria, em que palpitará a pulsação de milhares de creanças – as fontes vivas da nação, - resguardadas nos mais legítimos enteresses de sua saúde pysica e mentale, iluminadas por um clarão de espiritualidade, de paz e de belleza (Azevedo, 1930, pp. 92,98-99, 105).

Um dos marcos fundamentais da Reforma da Instrução que se fazem presentes até hoje em nossa sociedade foi a construção de novos edifícios escolares. Pelas pesquisas e análises feitas por Fernando de Azevedo, havia no Rio de Janeiro um número muito baixo de escolas. Seus próprios críticos denunciavam-lhe nos jornais do período, que era impossível haver uma educação para todos, se não houvesse escola para todos. Então como forma de extirpar tal déficit de estruturas escolares, Azevedo concluiu no seu período de administração cerca de nove escolas e anexos. Essas estruturas escolares eram voltadas e aprimoradas para todas as necessidades que faziam parte da formação dos alunos, tais como: consultório dentário, quadras esportivas, laboratórios, salas para exposição e oficinas, biblioteca, refeitório, ambientes naturais, farmácia (ambiente médico), museus, entre outros.

A obrigatoriedade do ensino é uma das muitas panacéias inventadas, hoje, para sanar males que não comportam remédio legal. Quando se pretende submeter a sanção

penal matéria que só comporta uma solução espiritual, planta-se o absolutismo e lança-se o germen de reações violentas. (R. Teixeira Mendes). (...).

O Estado pode ser tutor, mas não pode ser par: - cumpre, pois, aos Estado, somente amparar e educar pela forma mais conveniente, os órfãos sem tutela e proteção e os abandonados, pelo que não deve votar leis que estabeleçam conflitos com a missão paterna.

(...) Sr. Alaor Prata diz: “Ao meu ver os prédios escolares, constituem o problema mais importante que a Diretoria de Instrução tem de resolver.” As escolas existentes ocupam 231 prédios, sendo 136 tomados de aluguel e construídos para residência de família.

Como pois pretender desanalfabetizar 141.000 crianças em, apenas 231 prédios de limitada capacidade (...), por que então decretar o Ensino Obrigatório? (...).

Há 51.000 crianças que não freqüentam escolas; 90.000 que freqüentam. Há 110 escolas bem instaladas, 121 pessimamente instaladas. (...). O lógico seria a construção de prédios, o aumento no número de escolas. Conclue-se, porém, um absurdo “o ensino primário obrigatório.” Uma tal pretensão importa numa afronta aos brios e cultura da população do Distrito Federal. Porque se lhe inculpa de negligente, decidida e reacionária, quando é certo que essa adjectivação cabe inteira a Municipalidade por haver faltado ao seu dever, não oferecendo escolas e professores para toda a população colegial (A Reforma de Instrução Municipal, O Jornal, 07/12/1927).



Ilustração VIII- Escola Prudente de Moraes. Alunos em oficinas de carpintaria. 10 de agosto de 1929. CAMARA, 1997, p.98.



Ilustração IX- Escola Profissional. Alunas em atividade no tabuleiro de areia. C.a de 1930. CAMARA, 1997, p. 132.

A preocupação com a infra-estrutura das escolas era central para a Reforma, pois como os alunos poderiam se desenvolver de acordo com os novos padrões se não houvesse uma estrutura adequada para tal desenvolvimento. As mudanças na estrutura das escolas foram geradas também na concepção de uma arquitetura moderna, sendo ela no estilo neocolonial, resgatando a tradição estética brasileira, na tentativa da transmissão dos valores nacionais.

A concepção de modernização da arquitetura escolar estabelecida por Fernando de Azevedo estava associada à busca das nossas origens, de nossa tradição do que é brasileiro, pois só desta forma desenvolver-se-ia o sentido de brasilidade, pela consciência das tradições restabelecidas numa arquitetura de cunho nacional, rico de sugestões históricas (CAMARA, 2004b, p. 134).



Ilustração X- Escola Estados Unidos, Rio de Janeiro, 1930.
Arquitetura da escola. Foto de Nicolas Alagemovits- IEB/ USP.



Ilustração XI- Escola Normal. Pátio interno.
Fotografia de Nicolas Alagemovits 1930- IEB/USP.

Segundo nos menciona Camara (2004b), os edifícios escolares expressam em sua íntegra a modernidade e o progresso, pois conseguiu instaurar a idéia de lugar, pertencimento de uma escola reformada pelo poder público. Isso nos mostra que a idéia de modernização não estava apenas nas práticas escolares por meio de novas disciplinas, mas também na

mudança de espaços, melhorando e aperfeiçoando a estrutura das escolas, mostrando de forma direta tais mudanças educacionais.

As experiências desenvolvidas durante os anos de 20 e 30 no Distrito Federal, pelos educadores identificados com o escolanovismo, pretenderam instituir estratégias de intervenção no espaço da cidade reformado e construindo espaços de ensino, onde para além da preocupação com a alfabetização das crianças, pretendiam estabelecer uma cultura escolar que alargava a perspectiva da escola além dos seus muros tomados as ruas, as praças e estádios como forma de representar a imagem da escola que estavam edificando (CAMARA, 2004b, p. 134).

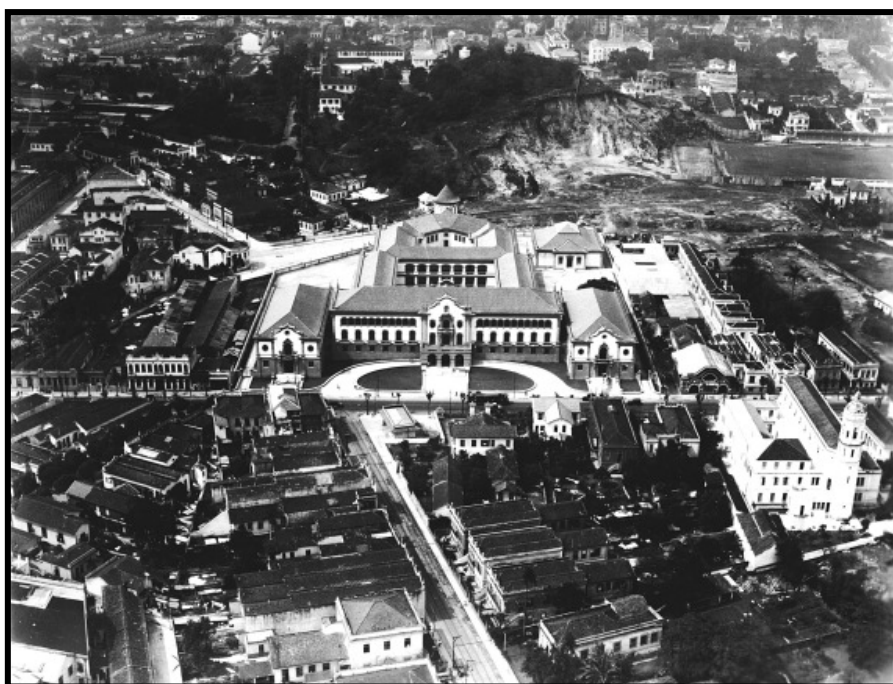


Ilustração XII- Escola Normal, Rio de Janeiro, 1930.
Visão aérea da escola e seu arredor. Fotografia de S. H. Holland -
IEB/USP.

A questão primordial da Reforma Educacional gira em torno de um ideal, de uma nova concepção e sentido para a vida, de uma nova mentalidade, da busca da identidade da sociedade carioca, de um novo humanismo, tão propagado por Azevedo. A busca era fazer da escola um elemento dinâmico da sociedade, o que contribuiria para mudança social e cultural, um elemento norteador pelo Estado e pelos anseios da sociedade para atingir a modernização¹⁵.

¹⁵ *Quero dizer-vos, ao terminar: a obra realizada em benefício da educação pública do Rio de Janeiro é digna da maior admiração e respeito. O homem que a esboçou, e que a está levando a termo, entrará na história como um grande benemérito da Patria Brasileira, ao lado dos seus maiores bemfeitores, (PESSÔA, 1930, p 85).*

(...). A educação da juventude como base da ordem social é um momentoso problema que está a desafiar a todos quanto se empenham pelo futuro do Brasil, ameaçado por idéias subversivas e pelas paixões das que deviam, patrioticamente sacrificar as suas ambições, pondo acima de tudo o bem estar da família brasileira. Não há quem conteste, ao menos de boa fé, a necessidade de proporcionar a escola moderna um ambiente mais vasto do que o actual, pois sendo o homem um producto do meio em que se forma, é claro que precisamos de melhorar este meto, dando à escola um carácter educativo, desde que é sob o seu tecto que estão perparando as novas gerações, afim de que estas se tornem capazes das grandes realizações em proveito de um Brasil melhor (Aspectos da moderna pedagogia, O Jornal, 17/06/1928).

2.3 A prática da Reforma Educacional: A Escola Nova, suas ações e atribuições para a sociedade

A nova reforma de ensinos inspirou-se, como se conclue de todas as suas disposições fundamentaes, no propósito de dar á escola uma consciência profunda de sua tarefa social e nacional e de a aparelhar dos meios necessários á realização dessa tarefa poderosamente educadora, tanto pela intensidade, como pela extensão de sua influencia. Mas essa obra de educação cívica e social não depende apenas da renovação do interior da escola, na sua organização e nos seus methods, com o objectivo de conformar o ensino com a criança e ás leis de seu desenvolvimento. A capacidade de repercussão da escola no meio social prende-se intimamente á organização de todo o systema escolar e peri-escolar, (...), como também proporcionar á escola os meios necessários para dilatar até á sociedade o seu raio de acção (PROGRAMMAS, 1929, p. 3).

A reforma educacional no Distrito Federal com Fernando de Azevedo, como já analisado, eram apenas idéias que tentavam reformular a educação por meio da organização da cultura e de uma visão voltada para a transformação, modernização e civilização da sociedade. Porém essas idéias teriam que ser colocadas em práticas no cotidiano dos alunos, para então fazer algum efeito na sociedade. A tentativa de transformar a teoria em prática é que denominamos de Escola Nova¹⁶.

A Escola Nova foi uma aplicação prática da reforma de ensino que teve suas remodelações dinâmicas voltadas para a aprendizagem do aluno e o social que se inspirou nas doutrinas modernas, tentando levar as mais profundas camadas do ensino os ideais de renovação que a reforma nos mostrou. Ela tem como base ser uma escola única e para todos, mostrando a nível teórico igualar as diversidades sociais, sendo apresentado então, uma nova teoria educacional representado pelo escolanovismo.

¹⁶ *A escola vae sendo hoje por toda a parte, aparelho do organismo da sociedade, porque deve ser exuberante força social das novas gerações, que avançam, transformando uma civilização, (SERRANO, 1930, p. 275).*

O esforço para reformar a instrução pública, portanto, se processa juntamente com o esforço para proceder à remodelação. Propõe-se o quadro da nova concepção de infância, quando se ressalta a importância das características do desenvolvimento 'natural' do educando e, como consequência, todo o esforço se faz para alterar o papel do educador, a natureza do currículo, a noção de aprendizagem, os métodos e técnicas de ensinar-aprender; enfim, procura-se reconstruir todo o aspecto interno das instituições escolares (NAGLE, 1976, p. 191).

A redefinição e remodelação do papel da escola se fizeram essenciais na prática de uma sociedade moderna, visto que a escola se tornou a ser uma sociedade em miniatura¹⁷, por isso, tudo que é formado na escola, será formado também na sociedade. Os ideais sociais da escolarização é um elemento dinâmico da transformação da sociedade. Com isso, a escola teve que aperfeiçoar o funcionamento de todo o seu sistema para alcançar seus objetivos.

A escola primária será animada em todos os sentidos de um espírito claro de finalidade social e, como constituição que deve enquadrar-se no sistema social geral, manterá íntimo contato, tanto na sua estrutura orgânica como na sua vida funcional, com a sociedade a que vai servir. A escola primária se organizará dentro desse espírito de finalidade social: a) como vestibulos do meio social, para influir sobre ele, integrando as gerações na comunidade pela adaptação crescente da escola às necessidades do meio, prolongando sobre o lar a sua ação educativa e aparelhando-se para reagir sobre o ambiente, por um programa de educação moral que tenda ao desenvolvimento de qualidade e à reação contra defeitos dominantes no meio social; (...) (NAGLE, 1976, p. 213).

É primordial para a Escola Nova a adaptação das diferenciações locais, respeitando as singularidades de cada região, formando assim a escola para todos e em todos os lugares: urbano, rural, marítima etc. Entretanto, mesmo nessas singularidades, a escola deve transmitir o caráter nacional ao aluno, dando importância a sua identidade nacional e buscando organizar as diferentes culturas brasileiras, tornando-a única.

Não se confunda a escola única, medida de carácter accentuadamente político-administrativo, com escolas de programmas unificados. É um equívoco, em que vemos, amiúde, laborar muitos dos que escrevem sobre a educação no Brasil. Nem por ser única, a escola primária tem os mesmos programmas; ou, melhor ainda, para ser única, isto é, para que tenha a mesma finalidade de adaptação, é necessário que possua programmas adaptados às necessidades e possibilidades das várias regiões a que deve servir, á comunidade em que novos elementos de vida vão ser integrados (FILHO, 1930, p. 19).

¹⁷ Segundo Lourenço Filho (2002) é aquela que *leva em conta as condições da experiência dos educandos no lar, centros de recreação e trabalho, e ainda nos contatos com instituições de vida cívica, religiosa, econômica, política*, (p. 313).

Em meio ao espírito modernizador e as ondas do escolanovismo que se espalharam por muitos países, foi desenvolvido uma nova didática, que alterou o funcionamento do ensino/ aprendizagem, agora não mais nos parâmetros tradicionais, mas sim nos progressivos. O ponto de partida para esta nova didática é sempre a observação e a experimentação, o aluno aprende a observar e logo a experimentar. Seus métodos curriculares foram também remodelados e adaptados aos novos ideais.

(...), sofrem transformações radicais o papel do educador, a natureza dos programas escolares, a noção de aprendizagem, os métodos e técnicas de ensinar-aprender, enfim, todo o aspecto interno das instituições escolares. O que importa agora é a realização das potencialidades contidas na personalidade integral da criança, em cada etapa do seu desenvolvimento, com o que se transforma a própria atmosfera do ambiente escolar (NAGLE, 1976, p. 246).

A nova finalidade da escola não é como na visão tradicional ensinar o aluno a seguir e a obedecer sempre de forma estática, mas sim, de preparar o aluno a ser um indivíduo que pensa, que saiba observar, um intelectual, um indivíduo de ação e de mudanças de ordem social, um ser dinâmico e ativo em sua sociedade. A escola deve preparar o aluno para a vida e é vivendo que se aprende, portanto é na escola que ele deve viver hábitos morais e sociais, para atribuí-los então a sua vida.

Que enormes pois são as novas responsabilidades da escola: educar em vez de instruir, formar homens livres em vez de homens dóceis; preparar para um futuro incerto e desconhecido e, de transmitir um passado fixo e claro; ensinar a viver com inteligência, com mais tolerância, mais finamente, mais nobremente e com maior felicidade, em vez de simplesmente ensinar dois ou três instrumentos de cultura e alguns manuscritos escolares ... Para essa finalidade, só um programma, um novo methodo, um novo professor e uma nova escola- podem bastar (TEIXEIRA, 1930, p. 19).

A Escola Nova veio para remodelar e reformar a educação carioca, para que ela acompanhasse as mudanças e avanços da cidade, de nossa civilização, com o intuito de preparar a mentalidade moral das novas ordens sociais. Podemos dizer que a sociedade almejava esses avanços sociais e ansiava por alguma mudança na educação, pois apenas a decoreba, utilizada no modelo tradicional da escola, não influenciava a vida e nem a mentalidade do futuro cidadão. Desejava então, por uma aprendizagem que pudesse ser útil ao seu cotidiano. Uma aprendizagem que dependesse de situações reais de experiências para poder praticar, portanto não se aprende aquilo que não se pratica. Torna-se assim a escola um centro que prepara o aluno para viver.

Para a nova escola, as matérias é a própria vida, distribuídas por ‘centros de interesse ou projectos’; Estudo- é o esforço para resolver um problema ou executar um projecto. Ensinar- é guiar o alumno na sua actividade e dar-lhe os recursos que a experiência humana já obteve para lhe facilitar e economizar esforços (TEIXEIRA, 1930, p. 23).

O intuito da Escola Nova é formar alunos ativos e empenhados em suas aprendizagens e para isto é necessário que ela decorra do interesse do aluno, reconstruindo as experiências deles, pois este que é o real fenômeno educativo. Os alunos têm o interesse de aprender quando há um processo ativo, carregados de emoção e de vontade, de um valor único e individual, com significação para si e para a sociedade.

Os princípios que norteiam o escolanovismo devem estar focados: no respeito à personalidade do educando e no reconhecimento de sua liberdade; na compreensão do funcionamento do processo educacional e social; dispor de aprendizagens que compreendem a situações cotidianas; identificar e respeitar as singularidades de cada indivíduo, pois cada aluno vai para a escola com culturas familiares e religiosas distintas. Ambos os princípios devem possibilitar o desenvolvimento intelectual e moral, transmitindo uma educação de igualdade a todos. É verificável que a própria ação educativa é de ordem social e cultural, reorganizando-os.

Tal é a explicação do progressivo desenvolvimento dos serviços públicos de educação e de sua complexidade crescente. É o próprio povo que está exigindo maiores oportunidades de educação e igualdade no direito de recebê-la. Em suma, a mudança social está ocorrendo para que se processe um novo espírito de integração mediante meios educativos, que busque imprimir realidade a valores simples declarados, ou apenas inscritos em documentos políticos formais (FILHO, 2002, p. 380).

2.4 Escola Nova: A escola única, da comunidade e do trabalho

Foi atribuída ao progresso das ciências biológicas e da psicologia a permissão dos estudos e idéias formidáveis na qual se gerou o movimento reformador da educação. E para tal o ideal de ação se dava ao redor da identidade do homem e suas singularidades, deixando-o buscar por sua liberdade¹⁸, que é a essência da nova escola.

¹⁸ A obra da educação é, antes de tudo, uma obra de liberdade. Sem Ella, não há professor capaz. Mas entendamo-nos. Liberdade esclarecida pelo conhecimento, não embrutecida pela superstição e pela rotina. Liberdade para criar num sentido positivo, dominada por um ideal superior (FILHO, 1930, p. 6). Liberdade é definida pelo Programmas para os Jardins de Infância do Distrito Federal como “o poder de fazer o que se deve” (p. 19).

O ideal da Escola Nova¹⁹ encontra-se permeado por três tópicos: a escola única, a escola do trabalho e a escola da comunidade. Cada uma representa aspectos importantes para a formação da sociedade e suas transformações, afim de que todo o indivíduo tenha a base de uma educação comum voltada à democracia social e as suas diversificações. O esforço foi conseguir criar instituições escolares que levassem aos alunos a investigar e experimentar, respeito pelas leis e desenvolvimento de cada um, e também do exercício do trabalho e das atividades em cooperação.

A integração da escola, na acção geral educativa de cada comunidade, para que a Ella possa servir, com equilíbrio, como factor de maior civilização, adaptando o homem ao seu meio, - eis a primeira importantíssima conclusão da escola nova. Della decorrem, como é obvio, modificações políticos-administrativas importantíssimas (FILHO, 1930, p. 17).

O principio da escola única tem como base a democracia social, que é constituída por todos os elementos da sociedade. Ela é uma escola inicial que deve ser para todos, de forma gratuita e obrigatória, instituído como base comum a todos os alunos, preparando-os de forma igual para o futuro, moldando os futuros cidadãos.

A escola única, que prepara hoje e assegura para amanhã a unidade dos cidadãos é a pedra angular do novo edifício. Quanto maior fôr o tempo em que na escola commum, gratuita e obrigatória puderem viver, lado a lado, os alumnos dos meios diversos, tanto mais estes, tornados adultos estarão em condições de uma compreensão e estima recíproca para a realização da unidade nacional. É a escola única que incube a aprendizagem da vida colectiva e do conhecimento e respeito mutuo, permitindo os alumnos continuarem juntos seus estados até o fim da escola obrigatória. Para o limite ideal dessa educação inicial uniforme costuma fixar-se a idade (14 annos) em que deve intervir uma decisão quanto á futura orientação do alumno (PROGRAMMAS, 1929, p. 7).

A escola do trabalho tem como principal objetivo formar o hábito do trabalho em seus alunos, organizando o princípio econômico do trabalho. Ela é chamada assim, pois nada se aprende, se não fazendo. Esses são os dois fatores de tal escola: de um lado temos a escola voltada para o setor econômico, principalmente quando falamos dos setores industriais; e por outro lado, temos a escola como meio para produção de diversas amplitudes, como as manuais, técnicas, etc., sendo ela a todos os sentido ativas em suas teorias voltadas para as práticas.

¹⁹ Disponível em anexo As Características Gerais da Escola Nova.

Assim, a tarefa da escola, além de criar e desenvolver o sentimento democrático, escola única, poderá transformar-se num instrumento de reorganização econômica pela escola do trabalho. A reforma baseou toda a educação na actividade creadora e pesquisadora do alimno, estimulada pelo interesse, que, permitindo desenvolver-se o trabalho com prazer, lhe dá o caracter educativo de que deve revestir-se na escola primaria (PROGRAMMAS, 1929, p. 8).

Em terceiro aspecto, temos a escola da comunidade que visa à solidariedade humana, a cooperação sempre. O trabalho em comunidade, em grupo, é seu objetivo principal. Seu ideal é o auxilio mútuo e a aprendizagem coletiva do grupo.

O terceiro principio fundamental da escola nova é o principio da comunidade. A escola nova se propõe, por uma forma de vida e de trabalho em commum, a ensinar a viver em sociedade e a trabalhar em cooperação. O alunmo não deve exercer a sua actividade isoladamente, mas, quanto possível, em grupos, em que a realização e a responsabilidade de um trabalho sejam attribuídas a vários indivíduos, para se habituarem a agir em cooperação, affirmando a sua personalidade, com espírito de disciplina coordenador de esforços individuaes (PROGRAMMAS, 1929, p. 9).

A escola passou a ter uma nova finalidade em meio à sociedade, porém para isto deveria haver a implantação de novos meios para tal finalidade. A observação é o ponto de partida para haver uma nova escola. As matérias ensinadas são sempre associadas em torno de centro de interesses²⁰ e não apenas a teoria, mas em contato constante com a prática. As matérias são pensadas e elaboradas com em relação ao meio, pois a educação é reconhecida apenas se o aluno absorveu os conteúdos. É a educação da ação e do trabalho.

Os programas desenvolvidos como parâmetros para a implantação do escolanovismo, não devem ser limitados pelos professores, de forma mecânica, eles devem tê-los apenas como base para maior apropriação posterior de acordo com a turma. Sua perspectiva é ensinar do particular para o geral, das coisas concretas para as abstratas, para que o aluno possa do menor conteúdo se apropriar do maior, partindo do conhecimento do próprio aluno para a partir disto poder expandir o conteúdo.

A escola deve dar ao alunmo o gosto e a vontade de affirmar-se pelo trabalho; a consciência da necessidade, da unidade e da Constancia do esforço; o sentimento de dignidade e da beleza do trabalho e a disciplina da actividade cooperativa, solidariedade de acção, orientada para um fim determinado. Ora, o alunmo – uma força em actividade permanente- só exprime com alegria e entusiasmo e, portanto, só aproveita o trabalho educativo que realiza com interesse sobre o material de sua própria observação e para attingir os fins que elle mesmo desejou alcançar. O professor, como se vê, de acordo com esta concepção, deve ser mais do que um mestre, um despertador de interesses e de energia, um creador de alegria pelo trabalho, um estimulador de actividades adormecidas, uma força viva, que domine

²⁰ Usado por Fernando de Azevedo como Ensino global ou concêntrico.

os alumnos, collaborando com elles, orientando as suas tendências pessoais, e tirando partido de seus próprios defeitos para a expressão original de seu pensamento (PROGRAMMAS, 1929, p. 13).

A escola como podemos observar com a citação acima, deve gerar interesse de aprendizagem do aluno. Ela deve ser um canal condutor do aluno para a sociedade. O aluno deverá mostrar interesses radiantes pelas disciplinas, pois é o papel do professor despertar a energia e o interesse do aluno por elas e por suas práticas, o professor em todo tempo, deve ser o estimulador e cooperador do crescimento do aluno, visto que o mais importante é a felicidade do próprio.

A nova escola propõe uma educação integral orientada para um fim determinado com os novos ideais, a fim de preparar o aluno para o sentido do trabalho, da higiene, da solidariedade e cooperação, da saúde, do amor pela pátria, enfim, que dê sentido, vontade e alegria do aluno em estar na escola.

Com o intuito de formar o bom cidadão, o escolanovismo apresenta um programa de disciplinas vasto que fornece ao educando uma base para o ser cidadão. Tais disciplinas são voltadas para o trabalho em cooperação partindo da observação e veremos um pouco a função de cada uma.

A educação higiênica e física tem como objetivo despertar o hábito higiênico no aluno, o sentido da saúde, assim como meios de mostrar ao aluno a importância da vitalidade do corpo. Ela ocorre como um hábito cotidiano do aluno desenvolvido pela escola por meio dos inspetores médicos e dentários, pelotão de saúde, educador sanitário, enfermeira escolar, professor de educação física etc. A função dessas disciplinas é despertar o hábito e o conhecimento para os bons costumes e a partir dela poder adquiri-los ao seu dia-dia, transpondo os muros da escola, formando assim futuros cidadãos higiênicos.

Dahi, na reforma, o aparelhamento completo de hygiene physica do alumno, de hygiene escolar e de assistência social e sanitária. O inspetor médico ou inspetor dentário, além da função fiscal de inspecção medica é um educador sanitário, com que collaboram o professor de educação physica, a enfermeira escolar e o corpo de dentista e, de maneira geral, todo o professorado. A escola do trabalho é antes de tudo, uma escola permanente de hygiene, pelo próprio ambiente de conforto da escola, pelas suas instalações apropriadas e pela acção conjunta de todas as autoridades e auxiliares. O próprio alumno no pelotão de saúde, ou o escoteiro, é um elemento eficaz na divulgação dos hábitos hygienicos (PROGRAMMAS, 1929, p. 13).

A educação moral e cívica tem como objetivo inculcar no aluno os preceitos de civismo e moral, por meio do espírito cívico e do amor pela pátria, formando o caráter e a

consciência do dever e da responsabilidade de um futuro cidadão. A característica da escola neste aspecto é que ela seja um laboratório de desejos para os hábitos sociais, formando assim um caráter nacional, principalmente quando nos referimos às disciplinas de: língua vernácula, da geografia, e história pátrias, e da instrução moral e cívica ou da educação social, criando uma motivação essencialmente nacionalizadora.

Não há matéria, não há actividade escolar, não há solennidade que não dê ensejo a uma lição de moral ou de civismo. Incutir no espírito do alumno a consciencia do dever e da responsabilidade: formar-lhe o character; crear e desenvolver o espírito de brasilidade, despertar-lhe a consciência dos deveres de cidadão, não é, pelo seu alcance, tarefa de um ou vários mestres, mas de todo o corpo de professores, unidos por um ideal commum e empenhados, por um profundo sentimento cívico, em preparar o cidadão capaz de amar a sua terra e revelar, como a prova maior desse amor, o espírito de sacrificio, o desprendimento pessoal, a disciplina e o hábito do trabalho em uma palavra: o cumprimento do dever. Além disso, para preparar o alumno a vida social e cívica, é preciso formar o ambiente em que possa viver uma vida em sociedade, em que as crianças tomem parte activa, responsáveis por seus actos e pelas actividades que lhes sejam confiadas na comunidade escolar. (...). O methodo, pelo qual os exercícios da classe se conduzem, é da maior importância para o desenvolvimento de virtudes e hábitos cívicos (PROGRAMMAS, 1929, p. 14).

Há também as disciplinas de expressão, que são as linguagens, o desenho e os trabalhos manuais, que deverão estar embutidas no corpo das outras disciplinas. A linguagem tem por fim conduzir a criança à expressão do pensamento de forma crítica, com o que ela ouve e lê. O Desenho é um meio de expressão como a linguagem, desenvolvendo a imaginação, a memória, a observação, o sentido pelo visual e o gosto pelo estético. Os trabalhos manuais são de grande valor para a educação nova, pois visam desenvolver o gosto pelos trabalhos com as mãos, transformando-os em aprendizagem profissional. Além dessas disciplinas temos também a iniciação à matemática, que é constituída da aritmética e da geometria.

Na Escola Nova conforme já sinalizado o ponto culminante da aprendizagem era a observação, mediante isto, foi implantado uma forma de observação direta por meio das excursões escolares (idas aos museus, jardins, hortos, fábricas etc.), os museus escolares, que eram produzidos pelos próprios alunos e o cinema educativo.

(...) forem feitas excursões cada vez mais distantes, aos jardins públicos, aos morros, aos campos, ás feiras, aos museus, ás fábricas, aos estabelecimentos de commerciaes, deverão estar os alumnos, pelos anteriores exercícios de observação, em condições de fazer proveitosas observações que revelem a sua iniciativa assim opportunamente aguçada. As excursões prestam-se por outro lado a desenvolver na criança o sentimento de cooperação, pois que, via de regra, nunca uma observação fica em rigor completa sem o auxilio de outra observação complementar. Além disso

o variado material colhido pelos alumnos em cada uma das excursões serve de motivo de enriquecimento do museu escolar, que assim formado – pelas dádivas dos próprios alunos – tem função educativa muito elevada e que deve ser salientada, com oportunidade, perante a classe, não só pelo professor como pelo director da escola. Nas excursões haverá, por outro lado, múltiplas ocasiões de poder o professor desenvolver a sensibilidade artística dos alumnos, fazendo com que dêem atenção aos jardins públicos e particulares, á belleza architectonica de casas e edifícios e a estatuas e monumentos procurando, outrossim, por em evidencia a riqueza e pujança do scenario natural carioca (PROGRAMMAS, 1929, p. 34).

Conforme analisado, as disciplinas da Escola Nova têm como base a natureza e o homem, o trabalho e a sociedade, dando oportunidades ao aluno de se constituírem civilizados e perfeitos, do ponto de vista médico, e essas melhorias no campo social, cultural e do trabalho irão influenciar não apenas a vida do aluno, mas dos que o cerca, como sua família, amigos etc. A busca pela felicidade do aluno deve estar presente em todos os momentos, sendo um principio básico de ação, assim como a iniciativa e espontaneidade do aluno, a cooperação e a continuidade permanente entre a vida do aluno e a escola. A Escola Nova é a busca por uma educação transformadora, que vai além das disciplinas básicas da escola tradicional, impondo direito a cidadania, dignidade, civilidade, responsabilidade e liberdade ao aluno, formando um bom cidadão e dando-o oportunidade de criar sua própria identidade.

Capítulo III

***Artes de Transformar: Um encontro da família com a escola na
Reforma de Fernando de Azevedo no Distrito Federal (1927 a 1930).***

*Os conhecimentos de nada valem, se eles não contribuírem a formar uma
personalidade.*

Arthur Ramos – A formação mental de pais e dos educadores, 1935.

3.1 O Processo de Modernização no Distrito Federal entre as décadas de 1920 e 1930

Com a Proclamação da República em 1889, a transformação da vida urbana na cidade do Rio de Janeiro intensificou-se. Esta tinha como intuito modernizar e aperfeiçoar a capital para representar e influenciar os demais Estados brasileiros em suas mudanças “político-institucionais”. Segundo afirma Araújo (1993) aperfeiçoar, mudar, transformar, modernizar, civilizar e educar a capital representava prestígio para o Estado, visto que é por meio da capital que o país era visto e identificado. É na capital, como centro das atrações e de inspirações para o restante do país, que ideologias e valores são formados e forjados, e opiniões são adquiridas.

As capitais, por serem sedes do poder de decisão, diferem das outras cidades, produzindo uma atmosfera urbana singular. (...). A capital tem atributos específicos facilmente identificáveis em qualquer cultura, tempo e espaço. Sendo por definição o centro administrativo do país, torna-se o pólo agregador das várias regiões nacionais e o elo de ligação com as capitais de outros países.(...). A capital exerce poderosa força centrípeta que magnetiza cidadãos dos diversos cantos do país, especialmente os que têm interesses e atributos especiais para as atividades governamentais. (...) (ARAÚJO, 1993, pp. 26-27).

A vontade de modernizar e promover mudanças envolvia e mobilizava uma grande parte da população carioca. As rotinas da vida urbana foram se modificando com a busca pelo progresso. Podemos sinalizar como apogeu desse processo a passagem de Pereira Passos como prefeito da cidade do Rio de Janeiro de 1902 a 1906. Este utilizou de várias dinâmicas para modificar a cidade, tais como: o saneamento, o urbanismo, o combate a epidemias, o embelezamento da cidade, na tentativa de dar ares de cidade moderna e cosmopolita.



Ilustração XIII- Notícia sobre a modernização carioca. Jornal do Século. Data Indisponível. Disponível em: www.jblog.com.br/hojenahistoria.php?itemid=6588. Acessado em 08/09/2010 as 18:10hs.

Além das reformas arquitetônicas feitas no início do século XX para mudar a aparência colonial da capital do Brasil para uma tendência européia e norte-americana, momento este que é conhecido como *Belle Époque*, era visto como necessário remodelar também as práticas de sociabilidade. Estas se deram com um árduo esforço de racionalizar o traçado urbano, tentando disciplinar e organizar os usos sociais. Essas iniciativas foram tomadas com o cunho de forjar a vida e os costumes dos cariocas, remodelando-os.

A partir desse divisor de águas que foi o mandato político de Pereira Passos, da abertura dada para o melhoramento por meio de novas iniciativas políticas da cidade do Rio de Janeiro, a cidade adquiriu um “espírito modernizador”. Para tal modernização o Estado atribuiu a algumas instituições importância, como a família, os médicos e a escola e estas tiveram seus papéis essenciais nas décadas de 1920 e 1930.

O papel do Rio, como capital, tornou-se o modelo para o desenvolvimento da organização social desejada, reforçando o objetivo de ‘civilizar’ o espaço urbano, fosse no aspecto físico e funcional da cidade, fosse no ideológico, através da restrição às manifestações populares e controle da atmosfera de crescente permissividade moral. A família, nesse quadro, foi vista mais do que nunca como o sustentáculo do projeto normalizador cujo desenvolvimento reequacionou seu papel e sua inserção social na cidade (ARAÚJO, 1993, p. 30).

Focaremos com nossa pesquisa, na análise de dois pontos utilizados pelo Estado para intervir diretamente na sociedade. O primeiro, a família já analisada no primeiro capítulo de nosso texto. O segundo ponto culminante para nosso entendimento neste processo modernizador é a escola juntamente com o higienismo, ambos direcionados à família, conforme veremos adiante.

No âmbito deste projeto de uma cidade racionalizada, era preciso intensificar, a um só tempo, a inculcação e multiplicação de preceitos higiênicos, disciplinares e comportamentais entre os cariocas. Dentre outras formas de intervenção social, o investimento recaiu, incisivamente, sobre a educação primária (Cf. Carvalho, apud Silva, 2008, p. 5).

3.2 A Escola, a Família e o Progresso da Cidade Carioca

As reformas de ensino que ocorreram nas décadas de 1920 e 1930 tinham como meta modernizar a sociedade por meio da escola. Para isso, a escola precisava passar por um processo de modernização. Essa era uma das perspectivas apresentadas por Fernando de

Azevedo em sua reforma de instrução pública de 1927 a 1930, em que tinha como base a afirmação da identidade nacional.

Os diferentes movimentos promovidos pelos intelectuais comprometidos com a missão de pensar a sociedade brasileira no segundo tempo modernista articulam-se enquanto preocupação de pensar o país, seus problemas e as formas de promover a integração nacional, bem como a constituição de uma nova civilização identificada com os progressos técnicos oriundos do avanço científico. (...). A missão pensada e concebida pelos intelectuais renovadores identificava-se com o ideário de construção de um país modernos, onde a modernização vislumbrada só seria possível com a urbanização e industrialização do país, o que exigia o repensar da cidade e de suas relações instituídas. Com o advento do surto de industrialização, o discurso do culto a ao trabalho e a educação aprofundou-se como questões de crucial importância, uma vez que só pelo trabalho e pela educação o país alcançaria a civilização (CAMARA, 2004b, p. 128).

Com os avanços da industrialização e urbanização a sociedade brasileira estava à procura de sua própria identidade ou da afirmação dela. Com isso, se questionava “Que país é este?”, procurando reafirmar ou reencontrar sua identidade nacional. Para tal questionamento, encontramos um grupo de intelectuais que abraçaram de forma apaixonante tal “descoberta”. Buscando entender o país, e as formas de pensar e atuar nesta nova perspectiva moderna, levaram em consideração à população pertencente a ele.

Mediante a situação e os ideais que encontrava o país, os intelectuais educadores procuravam novas formas para educar a população, instituindo um novo modelo de escola com “novas formas e princípios que orientassem a educação nacional”. (...). Para isto, acreditavam ser imprescindível a reorganização da educação através de sua ação nos aparelhos de Estado, a fim de realizarem iniciativas sistemáticas com relação à educação do país (CAMARA, 2004b, p. 129).

Foi apresentado neste período, por meio dos projetos educacionais, um dos principais sentidos da escola e da educação, que é o de promover a transformação da sociedade, sendo reconhecida na íntegra o seu papel e seu lugar de pertencimento nela. A escola teve que romper com suas tradições para atuar na construção da “produção de indivíduos e de suas subjetividades” (CAMARA, 2004b, p. 131), formando com isso uma nova geração, baseada no trabalho, na educação e na família.

Em decorrência da crença dos educadores no poder da escola como elemento de intervenção na sociedade, os reformadores acreditavam ser de fundamental importância estabelecer a reorganização da escola, do ensino e dos preceitos que alimentavam a educação da população. (...). A concepção de modernização da arquitetura escolar estabelecida por Fernando de Azevedo estava associada à busca das nossas origens, de nossa tradição do que é brasileiro, pois só desta forma desenvolver-se-ia o sentido de brasilidade, pela consciência das tradições

restabelecidas numa arquitetura de cunho nacional, rica de sugestões históricas (CAMARA, 2004b, pp. 130- 132).

A escola passou a ser entendida como um lugar pertencimento e de destaque à sociedade, obtendo um espaço diferencial por meio da concepção e implantação da nova sociedade moderna. Para tal concepção, de lugar de pertencimento, foram projetados novos edifícios escolares, expressando o sentido de modernidade e progresso, intervindo diretamente no espaço da cidade.

Dois pontos centrais estão presentes neste momento na nossa discussão: a urbanização e a educação. Interligar essas duas vertentes se mostrou necessária neste processo de modernização. Mediante isto, temos várias intervenções estratégicas por parte do Estado para que houvesse esta mudança na sociedade carioca, mudanças tanto externas quanto internas, que iriam representar o “cartão-postal” do progresso e da civilização brasileira.

Logo de imediato o Estado interferiu na reestruturação das avenidas centrais do Rio de Janeiro, nas edificações arquitetônicas dos edifícios escolares, museus, teatro, enfim, nos patrimônios pertencentes a ele e de grande importância para a cidade. Entretanto, se percebeu a necessidade de atuar e modificar o “interior” da sociedade, buscando “práticas de sociabilidade” (SILVA, 2008, p. 04) que pudessem incentivar a cooperação dos cidadãos, tendo como tal objetivo a melhoria da cidade e o auxílio no processo de modernização. É nesta perspectiva que o Estado insere a escola.

Para que ocorresse a intervenção social, o Estado recorreu como “medida de investimento” para a educação primária, na qual articulava primordialmente aos princípios de higiene, disciplina, comportamento, trabalho, entre outros. Esses investimentos se objetivavam na “(re) construção e organização do espaço público” (SILVA, 2008, p. 5). Tais medidas de cunho ideológico²¹ implantavam a educação primária, a escola de um modo geral, como sendo a modalidade particular que contribuiria para a transformação de seus habitantes, por meio da intervenção da família, comunidade etc.

Em 1923, segundo Silva, houve um curso de férias para os professores da rede pública de ensino, buscando proporcionar um maior contato do ensino com a realidade (2008, p. 6). Esta “capacitação” nos mostra de modo claro as estratégias do Estado para intervir na

²¹ Segundo Silva (2002) a ideologia é constituída por aquelas crenças que nos levam a aceitar as estruturas sociais existentes como boas e desejáveis. Ela atua de forma discriminatória, pois inclina as pessoas das classes subordinadas à submissão e à obediência, enquanto as pessoas das classes dominantes aprendem a comandar e a controlar. No mesmo âmbito para Chauí (2000) ideologia é a alienação social que se exprime numa “teoria” do conhecimento espontânea, formando o senso comum da sociedade. Por seu intermédio, são imaginadas explicações e justificativas para a realidade tal como é diretamente percebida e vivida.

educação e esta refletir por meios de suas ações e condutas na sociedade, tendo como objetivo primário a organização da vida social pela escola.

A escola hoje tem de ser organizadora social. Ela deve encorajar, preparar para vida que as necessidades atuais nos impõem. A sociologia vai inspirar e guiar os programas de modo que se prepare a mentalidade do povo, na escola, para a solução natural e lógica dos problemas sociais. Acredito que a sociologia operará no ensino uma evolução maior do que a trazida pela psicologia, porque sem aquecer o conhecimento da natureza humana, ela há de influir pra formar a individualidade, capaz de reagir contra os males, contribuindo para o bem e fazendo-se um elemento conscientemente ativo da sociedade (Boletim da Prefeitura do Distrito Federal, 1926, p. 182).

A escola passou a ser um equipamento urbano, impregnando a cultura urbana no espaço escolar. “Buscou fazer da escola pública uma instituição relacionada aos modos de se viver na cidade-capital” (SILVA, 2008, p. 7). Tais iniciativas levaram para o âmbito escolar a idéia de “boa-educação: civilidade, cortesia, respeito, tolerância, abdicação dos interesses pessoais frente aos coletivos” (2008, passim), fazendo dela uma das primordiais estratégias para via de controle e mudança do Estado.

Respondendo as necessidades sociais, os programas hão de conduzir a formação da infância e da juventude para tornar a vida do país mais equilibrada, mais próspera e mais feliz. Daí, a urgência crescente de aproximar a escola da vida real, fazer com que dentro da classe se aprenda a viver, e seja a vida de todos os dias o material com que a escola trabalhe (...) dirigindo o trabalho; da cultura moral e cívica, orientando nos deveres em relação com a Pátria e com a humanidade. Prepara, desde cedo, o indivíduo para tomar parte ativa na vida do seu meio, despertando na criança o sentimento de responsabilidade. (...) (Boletim da Prefeitura do Distrito Federal, 1926, p. 183).

O governo durante este período apresentava como uma política social e civilizatória, sendo ela reconhecida para o progresso do país, três focos principais: trabalho, educação e família. O produto final destes três setores sociais, após a implantação e atuação desses “novos” direitos sociais foi o projeto de amparo à população brasileira, forjando sempre o ideal de progresso da capital.

Para a atuação da política do trabalho, o foco para tal discurso, foi embutir na mente da população que o trabalho é uma das maiores dignidades que o homem poderia ter. Portanto, desde a escola o aluno já aprendia alguma profissão para ser inserido no mercado de trabalho, principalmente quando nos referimos ao período da industrialização e seu auge. Esta concepção de trabalho e de sua mão de obra era transmitida à população de forma nacionalista, sendo intensificada no período do governo do presidente Getúlio Vargas (1930-

1945), sendo assim, um dos lemas utilizados é que o trabalho era um meio de servir a pátria, segundo Gomes (1994).

O trabalho precisava ser visto como um ato de criação fundamentalmente humano: um ato de dignificação e espiritualização do homem, pelo qual ele se integrava à sociedade em que vivia. Uma política de organização científica do trabalho, portanto, devia encontrar o equilíbrio entre os esforços de memorização da produção (essenciais à industrialização dos países) e a proteção dos valores humanos e cristãos do trabalhador brasileiro (GOMES, 1994, p. 447).

Essa preocupação encontrada neste momento para a organização “humanista e científica do trabalho” (GOMES, 1994, p. 448) foi traduzida pela criação na década de 1930 do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e do Ministério da Educação e Saúde. Percebemos que durante as décadas de 1930 e 1940, o Estado promoveu projetos e iniciativas com o objetivo de favorecer a população. Entretanto, esses projetos e iniciativas foram implantados mediante uma inquietação e demanda da própria população para tal, porém de modo manipulador, com suas próprias ideologias e objetivos.

Ainda nesse circuito, a base para tais ações sociais era o amparo à família, com políticas voltadas para esta instituição, visto que era por meio da família que o Estado intervinha mais rapidamente e profundamente no homem. Como afirma Gomes (1994) “era pela família que o Estado chegava ao homem e este chegava ao Estado. Ela era a célula política primária (...)”.

Nesse circuito se inscreviam iniciativas visando diretamente à família, o que envolvia questões como a da habitação e da alimentação. Entre tais iniciativas estariam o ‘salário-família’ e também medidas na área da assistência social voltadas para o amparo à maternidade e à infância, das quais a mais importante seria, sem dúvida, a criação da Legião Brasileira de Assistência, a LBA, em 1942, no contexto da Segunda Guerra Mundial (GOMES, 1994, p. 447).

Mediante estas duas políticas sociais, o trabalho e a família, o Estado tinha como preocupação central à proteção e o desenvolvimento do homem brasileiro, tanto do presente como do futuro, obtendo com isso os progressos materiais, sociais, cultural, e moral do país. Não obstante, a realidade na implantação dessas políticas se tornava diferente, pois a mentalidade da população não “progredia” com tanta rapidez e fluidez. Assim, para construção de um povo adaptado à nova realidade e novo ideário social, o Estado somente chegaria pela educação, diante de novas concepções e valores referentes à higiene, moral, família, nacionalidade, disciplina e ao trabalho.

Mas o esforço educativo do Estado Nacional, como eu disse, ultrapassava as fronteiras do ensino formal, engajando-se em uma ampla dimensão cultural de valorização e de preocupação com a ciência e a arte nacionais. Nesse último aspecto, é particularmente interessante a atenção que vai ser dada às manifestações identificadas como populares, tivessem elas as classificações de ‘folclóricas’ ou não. (...). Também se destaca que, apesar da forte influência católica, o que se assiste a partir dos anos 1930 é uma crescente afirmação da escola como instituição especializada na socialização da criança, sobrepondo-se à família, às igrejas ou a quaisquer outras iniciativas de entidades ou comunidades. Convivendo e beneficiando-se desse reconhecimento social estavam o Estado Nacional, que não mais admitia qualquer ação que pudesse ameaçar a formação de uma ‘consciência patriótica’ e o fortalecimento de uma ‘cultura brasileira comum’ (GOMES, 1994, pp. 451- 452).

A consciência patriótica e o esforço de manipulação do Estado para com a população se davam na maioria de suas ações e iniciativas tendo-as sempre como mecanismos de controle centralizado, tornando assim, a manipulação e a uniformização da população como seus principais objetivos. Entretanto apesar da tentativa de controle da população, há sempre as táticas que ela usa para não ser controlada, tirando apenas as iniciativas governamentais que são a favor dela.

3.3 Intervenções higienistas da escola nas famílias

Demonstrando a intenção de convencer a sociedade brasileira da utilidade da incorporação dos ensinamentos freudianos e dirigindo-se, de modo especial, a alguns fatores sociais – o médico sublinhava em um dos seus textos: ‘A psicanálise pode ser desconhecida de todos os profissionais; mas ignorarem-na o médico e o mestre – é verdadeiro pecado.’ Também os pais em seu entender, não poderiam ficar alheios aos novos conhecimentos. Enfatizando a ideia de que: ‘para educar é preciso aprender a educar’ (MAGALDI, 2007, p. 143).

Um dos pontos para se haver uma reforma modernizadora, urbanizadora e civilizadora é prevenir a sociedade de alguns males. Portanto, o governo através de suas ideologias, aplicou uma política pública na área da saúde que viesse a atingir uma parte de seus objetivos. Em 1903 houve a reforma sanitária de Oswald Cruz, que no mesmo contexto da administração do prefeito do Rio de Janeiro, Pereira Passos promulgou seus ideais com sua reforma urbana conhecida como “Bota-abaixo”. Logo os cariocas foram se adaptando a essas políticas intervencionistas por parte do Estado que faziam com que houvesse remodelações na estrutura familiar. A família passa a ser uma instituição manipulável pelo Estado.

Neste contexto percebemos que a sociedade estava passando por diversas transformações e desenvolvimentos, entre outras no “seio” familiar, constituindo-se em uma das preocupações dos médicos “higienizadores”, aspecto indicado por Donzelot (1986, p. 156) na Europa, onde (...) “os médicos foram percebendo que seus conselhos educativos e

sanitários modificavam o funcionamento interno do grupo familiar (...)”. Educar as famílias, através de capacitações (cursos), propagandas, entre outros, tornava-se importante para o período.

Porto-Carrero chamava atenção à importância de estratégias pedagógicas voltadas para a capacitação das famílias para o exercício de seu papel educativo...A esse respeito, o médico comentava em seus estudos: ‘ A bem dizer, seria necessário formar as escolas de pais’(...) Os pais colherão a lição para aplicá-la em casa; e ao menos os filhos mais novos lucrarão alguma coisa (MAGALDI, 2007, p.153).

A criança era vista como o alvo e mediação direta da família para com o governo e a sociedade. Por meio dela que havia a possibilidade de interferências de ambas as partes. Neste momento podemos observar a junção da saúde com a escola, tendo a criança e sua família como base. Surgiram, então, as Escolas de Pais, que tinham como função desenvolver palestras, estudos com o intuito de orientar e prevenir os pais das crianças a como ter hábitos higiênicos e saudáveis, como mecanismos de ajudar as famílias na junção dessas duas modalidades, tendo o mesmo objetivo: educar e civilizar seus filhos, não os deixando que os males advindos com o alcoolismo, a tuberculose e as doenças venéreas comprometessem o seu desenvolvimento. Segundo nos diz Donzelot (1986).

(...) as três áreas capitais para a família: educação, saúde e unidade doméstica. Os valores vigentes no Brasil não vinham de uma filosofia privada, mas sim da filosofia do governo, visando adequar as políticas públicas aos seus objetivos ideológicos. Meu principal argumento é que a filosofia dita higienista, preconizada pela medicina do século XIX, orientou a política governamental republicana deixando um hiato entre o ideal de progresso desenvolvimento e a realidade social. A política higienista, por um lado, introduziu modificações nos princípios de educação da criança e nas noções de saúde e higiene. Por outro lado, a ação governamental em nada alterou os fundamentos de solidariedade das relações familiares que giravam em torno da unidade doméstica (ARAÚJO, 1993, p. 159).

Para a medicina um dos principais objetivos a respeito da família era a higienização, e em ausência dos projetos higienizadores, a família era uma das propulsoras de várias doenças. Mais uma vez vemos o Estado usar a família como um agente ordenador da sociedade, sendo ela disciplinada e modelada de acordo com as medidas intervencionistas propostas pelo Estado.

A conversão do universo familiar à ordem urbana foi um dos objetivos fundamentais da medicina social brasileira. Através da higiene, em seu projeto de normalização da vida social brasileira. Através da higiene -Jurandir Freire Costa- , a medicina social teria ministrado à sociedade, em especial à família urbana, as normas que permitiam essa conversão.(...) Esse movimento de transformações radicais que ocorreu na família brasileira em XIX, movimento no qual o papel da medicina, como saber

disciplinar, teria sido fundamental, vem expresso no romance. (...) Essas representações são quase sempre medidas pelo discurso médico que produziu modelos normalizadores para a família: os exemplos do pai e da mãe higiênicos, por oposição à mudança, ao libertino e ao celibatário (...) (MURICY, 1987, p. 71).

Além dos intelectuais²², podemos perceber que os médicos eram também os grandes aliados do governo nesta “Marcha a Modernização” e para eles a mulher era considerada a grande mediadora e influenciadora da família, sendo ela a grande propulsora dos novos conceitos familiares que o governo, de um modo geral, tentava construir e transformar.

Ainda que considerassem as dificuldades da tarefa, os médicos demonstravam acreditar no poder da mulher, vista como aliada maior de seu projeto intervencionista, no âmbito da família. De forma a reforçar seu potencial de convencimento, o folheto de propaganda da Liga, dotado de um tom fortemente alarmista, apelava para os temores maternos (MAGALDI, 2007, p.156).

A família neste contexto se encontra no centro dos debates políticos, sendo alvo dessas políticas intervencionistas que estava em jogo na definição e organização do Estado. O Estado tentava barganhar com a sociedade, dando-lhe obrigações para sua melhoria, entretanto buscando receber o que ele almejava, a identidade e organização da sociedade. Dava o governo à família o dever de reter e vigiar seus filhos de acordo com suas normas, caso contrário, ela mesma seria objeto de vigilância e de disciplina. A família para o Estado é tanto uma Instituição quanto um mecanismo de manipulação.

Zootecnia humana é a perfeição da higiene; após a higiene privada, que visa somente os indivíduos, e a higiene pública, que se interessa somente pelos espaços coletivos, ele é a verdadeira higiene social, que só considera o indivíduo em função de seu valor e de sua utilidade social. A higiene social é uma ciência econômica, tendo por objetivo o capital ou material humano, sua produção ou reprodução (eugênica e puericultura), sua conservação (higiene, medicina e assistência preventiva), sua utilização (educação física e profissional) e seu rendimento (organização científica do trabalho). A higiene social é uma sociologia normativa: consideremos o homem como um material industrial, ou melhor, como uma máquina animal. O higienista é, portanto, o engenheiro da máquina humana (DONZELOT, 1986, P. 168).

Como podemos perceber as políticas públicas direcionadas à familiar, com foco na educação higiênica introduziu mudanças significativas por parte das intervenções disciplinares dos agentes de normalização produzindo uma “norma familiar e uma ordem médica” (COSTA, 1999). Essas mudanças se relacionavam diretamente com o

²² Designamos intelectuais segundo Sirinelli (2006) como alguém que pensa a história e tenta influir sobre ela. Sirinelli utiliza Sartre para apresentar um intelectual engajado, como aquele que quer transformar a sociedade.

desenvolvimento urbano da cidade, visto que a família reurbanizada estava incluída na estratégia de nacionalização. De acordo com a população se reestruturava pelos conhecimentos higiênicos, cívicos e modernos a cidade se urbanizava, organizando-se e evoluindo juntamente com a população. Para Costa “A ordem médica vai produzir uma norma familiar capaz de formar cidadãos individualizados, domesticados e colocados à disposição da cidade, do Estado, da pátria, (1999, p. 48).

Valendo-se dos índices de mortalidade infantil e das precárias condições de saúde dos adultos, a higiene conseguiu impor à família uma educação física, moral, intelectual e sexual, inspirada nos preceitos sanitários da época. Esta educação dirigida sobretudo às crianças, deveria revolucionar os costumes familiares. (...) . A higiene, enquanto alterava o perfil sanitário da família, modificou também sua feição social. Contribuiu, junto com outras instâncias sociais, para transformá-la na instituição conjugal e nuclear característica dos nossos tempos (COSTA, 1999, pp. 12-13).

A escola por ter sua função integral de educação deve formar junto ao aluno um ambiente social em que ele possa viver plenamente, com alegria e articulado com o meio onde vive. Por isso, o ambiente escolar deve ser bem estruturado, limpo e organizado, transmitindo por meio da vivência, das ações práticas, a noção de higiene e de condutas saudáveis para um bom funcionamento do corpo.

A saúde é a condição primordial de uma vida completa, a base da felicidade individual e da contribuição que possa prestar o homem à coletividade. Educar um povo para que tenha saúde e dar-lhe maior eficiência de trabalho, é realizar verdadeira obra de patriotismo. Incube à escola rodear o aluno de todas as condições favoráveis ao seu desenvolvimento: luz, ar, boa acomodação, casa limpa; (...); aproveitar-lhe a plasticidade dos primeiros anos para criar hábitos higiênicos; finalmente torná-lo consciente das razões das práticas de higiene pelo conhecimento das ciências físicas e naturais e das responsabilidades para com a futura prole, pela puericultura (PROGRAMMAS, 1929, p. 51).

Os princípios higiênicos da Reforma Educacional de Fernando de Azevedo no Distrito Federal, implantados pelo escolanovismo, se apropriaram de uma infância desejada que para isto, deveriam ensinar e interiorizar estes princípios, para então intervir “no corpo, na casa, na família e nos seus hábitos a fim de contribuir para a formação de mentes sãs e corpos sãos,” (CAMARA, 2004, p. 170), desejando com isso uma infância civilizada e futuros cidadãos também civilizados.



Ilustração XIV – Pelotão de Saúde na Escola Uruguai. A prática de hábitos saudáveis. CAMARA, 1997, p. 105.

A Escola passou então não apenas por meio da higiene, mas pelas condutas morais e sociais a forjar um novo cidadão para um novo país, por meio da idéia de modernidade: limpeza, beleza, educação e saúde.

A seleção dos conteúdos escolares constitutivos da disciplina de Educação Higiênica, expresso no plano de matérias da Reforma Fernando de Azevedo, bem como as práticas e fazeres introduzidos por ela, balizam-me a pensar que tais referenciais corroboraram para a configuração, na capital do país, das produções das representações de ‘infâncias desejadas’ como reverberação da idealização do homem novo a constituir-se como esteio fértil para o futuro do país em bases modernas e identificadas com a civilização proclamada e desejada pelos reformadores (CAMARA, 2008, p. 179).

3.4 A família, a escola e a sociedade na Reforma: As intervenções e seus avanços

A família e a escola são duas instituições de caráter educacional responsáveis pelo avanço das pessoas na sociedade, transmitindo-as bons hábitos, boa conduta moral, cívica e social. Mesmo apresentando focos semelhantes, essas duas instituições se diferenciam nas suas condutas em educar, visto que a escola é atribuída de um conhecimento científico e a família muitas das vezes não, apresentando-se apenas com seus conhecimentos domésticos tradicionais. Por meio disso, a escola passa a ser vista como apoio à família, de acordo com os

parâmetros científicos, para educar e instruir na sociedade, pois esta passou a ser desqualificada para educar²³.

Com a descoberta de que a família não era qualificada pelos ditos científicos para educar e instruir, principalmente quando focamos no período da modernização carioca, o Estado junto com a sociedade transmitiu este dever à escola, tendo ela agora, pelas atribuições dos próprios pais de fornecer valores morais, princípios éticos e padrões de comportamento, enfim, de educar por completo. Ao nos referirmos a esta transmissão dos papéis da família para a escola, nos remetemos ao contexto histórico em que a família estava enclausurada, pois com o avanço da industrialização e do capitalismo os pais tinham que trabalhar não se dedicando tanto quanto deveriam ao seu lar, levando seu papel de educar para a escola.

Ora, a adaptação ao meio social realizada a principio pela acção immediata e inconsciente exercida sobre o individuo por todo o conjunto das influencias do grupo, passou a ser uma atribuição da família, por cujo intermédio se processava essa adaptação tanto efficaz e completa quanto maior importância revestiam os grupos domésticos.

(...)

Mas a doutrina que transfere para o Estado a função educacional, não é menos grave do que a anterior a objecção de que o Estado, aponderando-se da escola, tentará aponderar-se da alma da criança, fazendo da escola um instrumento político e subordinando aos seus propósitos particulares os interesses geraes da comunidade (AZEVEDO, 1932, pp. 257, 265).

Como a família de classe social baixa, mediante Cunha (2000), não era qualificada a educar nos novos parâmetros sociais, tais como: educação do corpo e espírito, com a higiene, a ética, as condutas morais etc., a escola passou a ser uma instância de poder com o intuito de educar as futuras gerações e estas, por meio de novas condutas transmitir tais valores e conhecimentos a suas famílias.

A instituição familiar naquela época era caracterizada como em permanente estado de mal funcionamento, era dada como incompetente, incapaz, sem qualidade para educar as crianças. Fazia-se urgente inseri-la nos padrões da normalidade (CUNHA, 2000, p. 452).

Para auxiliar nos avanços dos trabalhos dos médicos higienistas e sanitaristas para a modernização familiar, foram idealizados pelos educadores estratégias auxiliares, tendo em vista que deveriam tomar uma “série de medidas higiênicas para produzir o indivíduo

²³ A desqualificação da família para educar se remete ao fato das famílias, em sua maioria, não possuírem auxílios científicos para educação de seus filhos. Os auxílios científicos são como deve ser a higiene de uma pessoa, quais cuidados ter quando alguém passa mal etc.

saudável, o cidadão decente e honesto, o responsável pelo futuro da nação” (CUNHA, 2000, p. 453).

A “onda” higienista, modernizadora e civilizadora que se alastrava no Distrito Federal buscava várias reformulações em paradigmas instituídos pela sociedade, vistas no capítulo anterior, conhecida como a Reforma Educacional de Fernando de Azevedo em 1927. A Reforma tinha como objetivo modernizar a sociedade carioca pela escola mediante os parâmetros científicos da época.

A moderna pedagogia trazia consigo a crença de que, mediante as revelações da Psicologia, da Biologia, e das Ciências Sociais, era possível finalmente obter o conhecimento exato da infância e, assim, aplicar os procedimentos educacionais adequados. A meta prioritária do novo ideário educacional, articulado desde os anos 20, conhecido com Escola Nova, consistia fundamentalmente em socializar crianças e jovens, ou seja, ensinar com o propósito de colocar o educando em condições de responder aos requisitos da nova sociedade. O meio para a obtenção desse fim seria a compreensão metódica e objetiva das características psicológicas, biológicas e sociais do indivíduo submetidos à situação escolar (CUNHA, 2000, p. 457).

O fim da educação então se encontrava na formação e expressão integral da personalidade humana, com isso a educação se efetivava com seu princípio socializador que a rodeava. Esse caráter normalizador que a educação encarnava, não poderia ser transmitido apenas na escola, pois o aluno iria aprender e não ter onde praticar. Com isso para que o aprendizado fosse praticado e de caráter normalizador a escola precisava incluir as famílias de seus alunos nesta proposta de normalização, pois assim a aprendizagem seria produtiva e duradoura. A família, portanto deveria ser introduzida no contexto escolanovista para ter o fim desejado, a civilização e modernização da sociedade.

As famílias quando se viram impossibilitadas de educar seus filhos pelos novos parâmetros sociais²⁴, pois não tinham tais conhecimentos tentaram se aproximar da escola para obtê-los, visando sempre à boa educação de seus filhos. Para tal ação, temos as famílias como auxiliadoras da escola para enquadrar os jovens nesse novo ideal de cidade moderna, civilizada e higiênica. Podemos ver isso melhor mais abaixo, quando serão demonstrados quantitativamente os números de pais que eram auxiliados pela escola.

Dado que a principal meta da escola renovada era educar crianças e jovens na direção de um ideal de sociedade, era preciso adequar a esse ideal todos aqueles que constituíssem obstáculo ao desenvolvimento social. Desse modo, lidar com a falta de qualificações da família pobre para educar os próprios filhos significava abordar

²⁴ Chamamos de “Novos parâmetros sociais” os projetos de modernização que eram permeados pelos conhecimentos científicos acerca do corpo, da higiene, das condutas morais e éticas, da mente, do espírito etc.

um assunto que dizia respeito aos destinos da nação. À medida que o discurso educacional renovador assumia o binômio modernização – democratização como projeto político para o Brasil, tornava-se mais e mais imperativo superar o estado em que se encontravam essas famílias (CUNHA, 2000, p. 459).

Enquadrar o educando no desenvolvimento social em direção ao novo ideal de sociedade, tendo suas famílias despreparadas para atender as novas condutas desses educandos era uma questão central para a escola, pois quais estratégias a escola teria para reverter este quadro. Por meio disso, a escola se viu no dever de preparar não apenas o aluno como mediador deste processo, mas também aos seus pais ou responsáveis. Com isso a escola usava os alunos para serem intermediários entre os saberes científicos e os domésticos. Ela tentava fazer um levantamento através de pesquisas feitas pelos alunos de qual eram os hábitos da suas famílias, principalmente dos maus hábitos, da estrutura da casa, do alcoolismo, entre outras. Essas pesquisas eram utilizadas em sala de aula para correção, análises e discussões entre os alunos na tentativa de atentá-los para as conseqüências dos maus hábitos e revertê-los, segundo Cunha (2000).

A escola então era incumbida de normalizar os desviantes dos maus hábitos a fim de contribuir incessantemente para o progresso do país, tentando reverter o quadro de desqualificação da família ao educar, buscando fornecer alguns auxílios científicos como as palestras e os Círculos de Paes²⁵, assim como também na elaboração de disciplinas voltadas para a formação social, cívica e de saúde do educando e investindo nos agentes visitantes na área da saúde.

A formação physica, a gymnastica e o jogo educativo, os hábitos de hygiene desde muito cedo implantados na creança, a defesa da saúde do escolar, por todos os meios ao alcance do mestre, são realidades que impregnam toda acção educativa nos paizes civilizados. E não só do escolar presente se trata. A campanha social pela eugenia, a defesa das mães, a legislação que visa o exame pré-nupcial- são medidas que vêm demonstrando a compreensão, cada vez maior, da necessidade de seres tão perfeitos quanto possível, na sua gestação, e desenvolvimento physico após o nascimento (FILHO, 1930, p. 24).

A interação da escola com a família cada vez mais se fazia necessária neste contexto, tendo em vista que a cooperação era de fundamental importância para o progresso dos objetivos da Reforma. A família apenas aceitaria tais intervenções, principalmente a entrada de especialistas em sua casa, se acreditasse no ideal que a escola apresentava.

²⁵ Ver em anexo reportagem sobre o Circulo de Paes.

Mas essa formação de nexos de solidariedade não se deverá processar apenas entre os inspetores e professores, de diversas categorias. É necessário estabelecer o principio de cooperação entre estes e os paes dos alumnos e as diversas instituições sociaes para realizar a ‘socialização da escola’, de cuja actividade deve participar a vida collectiva, acompanhando de perto e auxiliando o trabalho escolar, posto a serviço da collectividade e utilizando como instrumento de renovação de costumes. Sem a vida intensa de cooperação com as famílias, pelos círculos de paes e professores, pelas visitas domiciliarias das enfermeiras escolares, da sua função de educadoras sanitárias, e por outras medidas efficazes, não se poderá alcançar um dos objectivos primordiaes, a que se deve orientar a escola, para tornar-se um meio adequado ao desenvolvimento da cultura geral (PROGRAMMAS, 1929, p. 4).

Ambas as instituições com a atribuição de formar pessoas para adentrar ao meio social, porém com ações diferenciadas deveriam unir seus conhecimentos por um único objetivo: formar o futuro cidadão para adentrar em uma cidade moderna. Tal cooperação e solidariedade ficou explícita nos Círculos de Paes, que eram reuniões feitas durante o ano letivo geralmente com os professores para formar nos responsáveis as idéias de higiene, condutas morais, éticas e civis, etc. *A criação dos círculos de Paes é já uma realidade que se alastra por quasi todos os districtos, podendo-se calcular seus membros em vinte mil; e assim a escola entrou em contacto com o meio, instituindo-se a collaboração de paes e professores na educação da infância* (PESSÔA, 1930, p. 85).

O Circulo de Paes tem por objetivo projetar sobre o lar ações educativas em que a família possa colaborar sempre com a escola. É visto que ele se consolidou no âmbito escolar, criando associações permanentes de pais e professores com uma regulamentação especial:

*Regime dos círculos de Paes e Professores*²⁶

Art. 1º- O circulo dos Paes e Professores, fundado sob os auspícios da Escola, tem por objectivo approximar os Paes dos alumnos no sentido de obter estreita collaboração com a Escola em matéria de educação.

SS único- Para realização desse fim o Circulo se obriga a:

- a) Interessar as famílias dos sócios na vida escolar, participando das solennidades promovidas pela Escola;
- b) Promover a approximação dos paes com os professores e classes dos respectivos filhos;
- c) Promover torneios de cultura pysica, instituindo prêmios aos vencedores.
- d) Contribuir para a educação moral, cívica e hygienica dos sócios por meio de palestras mensaes, circulares, inquertios, etc.;
- e) Concorrer para a educação esthetica da família, despertando e desenvolvendo o sentimento de conforto do lar;

²⁶ Boletim da Educação Pública do Distrito Federal, março a janeiro de 1930, pp. 126-128.

- f) Interessar-se pelo ex-alumno, encaminhando-o ás escolas profissionaes nocturnas, estabelecimentos fabris o commerciaes;
 - g) Manter para uso dos sócios, bibliothecas em que figurem, de preferênciã, obras sobre educação e hygiene infantil;
 - h) Velar pela saúde do associado e sua família, encaminhando-o, quando preciso, aos postos de prophylaxia, dispensarias, etc.
- (...)

Art. 7º- Os sócios obrigam-se a:

- a) Comparecer as reuniões mensaes ou extraordinárias do circulo e ás solennidades escolares;
- b) Attender as instrucções do circulo e fornecer-lhe os informes quando solicitados;
- c) Manter a hygiene no lar;
- d) Zelar pela assiduidade e pontualidade dos alumnos, cooperando com a Escola na obra da educação; Fazer a propaganda do circulo e da escola.”

O Circulo de Paes auxiliava nos projetos instituídos pela escola como o das publicações com folhetos e cartazes pela comunidade e nos lares onde ainda não participavam do círculo. Um dos projetos mais visados de acordo com o Programma (1929) eram as campanhas contra o fumo, o álcool e em favor do leite, das frutas e dos legumes.

É possível verificar que as famílias estavam dispostas a se integrar com a escola para melhorar na educação de seus filhos. Em 1930, atingiu no Rio de Janeiro mais de 170 Círculos de Paes existentes, agrupando cerca de 25.000 pessoas ligadas pelo interesse comum da educação e de seu desenvolvimento, segundo descreve o Boletim da Educação Pública do Distrito Federal (1930, p. 127).

A cooperação feita da escola com a família e da família com a escola teve grande valor quando falamos do progresso existente nos objetivos iniciais. A escola buscou em seus projetos educacionais incluir sempre a mudança nas ações domésticas, tendo como interventor e mediador o aluno.

Dentre outras maneiras de intervir no âmbito familiar, a Escola Nova propôs a disciplina de educação doméstica, que como ligação das demais disciplinas, esta tinha como objetivo inculcar nas alunas o desejo de tornar o lar mais alegre, feliz e saudável. Esta disciplina era direcionada ao público feminino para obtenção de um bom gerenciamento do lar.

Tal ensino terá estreita ligação com as demais matérias, mas especialmente com a arithmetica, que facilitará a aprendizagem da escripturação da receita e despesa da casa, com a geometria que instruirá sobre as avaliações e medidas, com a historia natural e hygiene, que fornecerão conhecimentos sobre os alimentos, a casa e os objectos de uso domestico, cultivo de plantas etc.; com o

desenho e os trabalhos manuaes, que proporcionarão meios de dar á casa aspectos esthetico e aprazível: e ainda com a educação moral e cívica, cujos ensinamentos são imprescindíveis (PROGRAMMA, 1929, p. 54).

Além dos Circulos de Paes e das disciplinas voltadas para a questão do lar e da cidadania, podemos encontrar no *Plano Schematico para o Ensino de Conjuncto* (PROGRAMMAS, 1929), diretrizes de aprendizagem que levam ao enquadramento da importância das duas instituições educacionais, a família e a escola, como continuação uma da outra. Como continuação era dever da escola mostrar tais diferenças e transmitir aos alunos a importância e influência da família, assim como seus deveres e direitos dentro dela.

Como podemos observar a escola intervém diretamente nas famílias e estas reproduzem-se na sociedade. As intervenções da escola nas famílias e das famílias nas escolas se direcionam neste momento da Reforma para os avanços e progressos da sociedade, mediante os novos conceitos de educação aos futuros cidadãos, por meio de uma ação educativa comum.

A família tem participação ativa à escola. Percebe-se, enfim, a representação de uma relação de mão dupla entre as instituições, que incluiria uma dimensão de interlocução entre os agentes envolvidos, ainda que pressupusesse a existência de recursos de poder diferenciados entres os dois lados (MAGALDI, 2007, p. 93).

Ao analisar as duas instituições sociais que são atribuídas ao papel de educar e instruir para a sociedade percebemos que ambas dependem uma da outra, principalmente de suas cooperações, visto que o Estado por meio de suas iniciativas e ideologias respaldava a família e a escola como agentes educadores, com um único objetivo: civilizar e modernizar a nação brasileira. Entretanto, como analisado anteriormente, a própria população carioca almejava a modernização e os avanços civilizatórios da cidade, por isso não mediu muitos esforços para que tais iniciativas do Estado fossem cumpridas por ela.

Considerações Finais

Ao investir esforços numa operação historiográfica acerca da instituição familiar na Reforma Fernando de Azevedo tendo como alvo o progresso do Distrito Federal nas décadas de 1920 a 1930, procuramos entender o real objetivo de implantar iniciativas curriculares nas escolas que fossem remodelar o papel da família na sociedade carioca. Questionamos outras possibilidades de leitura em meio à ação dos educadores enveredados nas discussões e análises de como formar futuros cidadãos em pessoas enquadradas com as descobertas científicas da época, a respeito da higiene, boas condutas éticas, morais e sociais, tendo como base de nossa análise a família, constituída ao longo de nossa história como uma instituição nata de ser uma agente educadora em nossa sociedade.

Tais questionamentos foram norteados pelas análises de periódicos, revistas, jornais e boletins, do contexto estudado, assim como também com o auxílio de outros pesquisadores que se sentem instigados com tais questionamentos.

Em um universo relacional como o carioca, onde é difícil conceituar objetivamente as posições e os papéis de cada componente da família, seus espaços entre a casa, a rua e o outro mundo, suas funções e seus posicionamentos no recorte temporal dado à pesquisa, visto que são dinâmicos e efêmeros, tentamos reconstruir por meio de um dos seus paradigmas, o educador, a esfera de ações e significados sociais que tentaram forjar as funções da família e de cada membro pertencente a ela, com o intuito de reconstruir/ remodelar a população em novos modelos e conceitos educacionais, conhecido na prática como Escola Nova.

Sob o signo da crença do progresso de civilidade e civilização a Reforma permeou marcos na construção de uma nova lógica de pensamentos centrados na reorganização do espaço e da prática escolar, visando um reflexo na futura sociedade, formada na reafirmação de um novo parâmetro educacional, enveredadas sobre as críticas estéticas, morais, éticas, higiênicas, filosóficas, psicológicas, sociológicas, físicas etc., na tentativa de atribuir ao sujeito uma nova identidade forjada neste novo arranjo baseado no cientificismo.

As rotinas da vida urbana foram se modificando com a busca pelo progresso em contextos anteriores ao nosso foco de pesquisa. Com a entrada de Pereira Passos em 1902 a 1906 como prefeito da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX, houve uma modificação da aparência da cidade, até então colonial para uma cidade com ares modernos. Entretanto, mudar apenas a estrutura física da cidade não bastava, pois para haver uma mudança geral de civilidade, haveria de mudar também as práticas sociais, portanto seus

sujeitos. Com esta tentativa de forjar a vida e os costumes cariocas, remodelando-os com novos padrões modernos, é que os educadores da época como Fernando de Azevedo e outros, engajados na tentativa de transformar a sociedade, se dedicaram neste ideal modernizador, tendo como foco a reestruturação da educação. Para esses educadores, principalmente Fernando de Azevedo, era através de uma nova educação, voltada para as práticas sociais, ética, e morais, que o país poderia ter a possibilidade de mudança.

Fernando de Azevedo com o intuito de fortalecer o ideário nacionalista, com o discurso modernizador, visto como essencial na construção de uma identidade e integração nacional, se fez necessário quando tentou superar as diferenças que formavam o país, tentando organizar e entender a sua cultura. Ao efetivar seu projeto remodelador/ reformador da educação no Distrito Federal em 1928, Azevedo instituiu a formação de valores úteis a sociedade, assim como a valorização técnica do homem, por meio de novos hábitos voltados para o trabalho, higiene, relações humanas e com a natureza, e a valorização da nacionalidade.

Por meio de questões norteadoras como o trabalho e a educação, que eram no movimento modernizador as principais questões dedicadas ao progresso e demanda da sociedade vemos a tentativa de direcioná-las como provedoras da transformação da sociedade, tentando construir com auxílio das famílias uma *nova produção de indivíduos e suas subjetividades* (CAMARA, 2004b, p. 131).

A célula política primária de maior rapidez se dava à família, pois era por meio dela que o Estado conseguia atingir de forma mais ágil a mudança da mentalidade e das ações dos indivíduos, sendo ela alvo direto do Estado para o processo de modernização carioca.

No que concerne às questões problematizadoras e mobilizadoras desta pesquisa esperamos ter possibilitado, no decorrer desta investigação desenvolver ou ampliar as questões e o interesse sobre o tema. Não temos nenhuma pretensão de responder com a verdade as questões suscitadas, pois elas são apenas a parte de um todo com relação à visão do pesquisador. No entanto, esperamos ter provocado o interesse nos assuntos tratados no decorrer de nossa pesquisa, em especial acerca da função da instituição familiar no Estado e como ela é forjada pelos interesses nacionais, em nosso caso específico, pela reestruturação da educação por Fernando de Azevedo em 1927 no Distrito Federal.

Referências Bibliográficas:

ALMEIDA, Angela Mendes de. (org)...et all. **Pensando a Família no Brasil, da colônia à modernidade**. Rio de Janeiro: Editora Espaço e Tempo, 1987.

ALVES, Catharina Edna Rodriguez. **A Teoria Pedagógica Elaborada por Fernando de Azevedo: Na batalha do humanismo ou da constituição de um saber pedagógico sobre a educação**. Disponível em: www.ufsm.br/gpforma/1senaf/bibliocon/ateoriapeda.rtf. Acessado em 19/11/2009.

ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. **A Vocação do Prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano**. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1993.

ARIÉS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1978.

ARQUIVO FERNANDO DE AZEVEDO. Instituto de Estudos Brasileiros (IEB). São Paulo: Universidade de São Paulo, CD-Rom.

AZEVEDO, Fernando. A Nova Política de Edificações Escolares. In: **Boletim de Educação Pública**. Ano I, n. 1. Rio de Janeiro: Diretoria Geral de Instrução Pública, janeiro/março, 1930.

_____. O Estado e a Educação. In: **Boletim de Educação Pública**. Ano II, n. 3 e 4. Rio de Janeiro: Diretoria Geral de Instrução Pública, setembro/ dezembro, 1932.

_____. **A cultura Brasileira**- Introdução ao estudo da cultura brasileira. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1964, volume XIII.

BARSTED, Leila Linhares. Permanência ou mudança? O discurso legal sobre a família. In: ALMEIDA, Angela Mendes de (org). **Pensando a Família no Brasil, da colônia à modernidade**. Rio de Janeiro: Editora Espaço e Tempo, 1987.

BRASIL, **Código Civil**. 01 de janeiro 1916.

BRASIL. Código Eleitoral Brasileiro. **Decreto nº. 21.076**, de 24 de fevereiro de 1932.

BOCK, Ana Mercês Bahia. Família...o que está acontecendo com ela? In: BOCK, Ana Mercês Bahia et all. **Psicologias: uma introdução ao estudo de Psicologia**. São Paulo: Editora: Saraiva, 2001.

Boletim de Educação Pública. Ano I, n. 1. Rio de Janeiro: Publicação Trimestral da Diretoria Geral de Instrução Pública, janeiro/março, 1930.

Boletim de Educação Pública. Ano I, n. 2. Rio de Janeiro: Publicação Trimestral da Diretoria Geral de Instrução Pública, abril/junho, 1930.

Boletim de Educação Pública. Ano I, n. 3. Rio de Janeiro: Publicação Trimestral da Diretoria Geral de Instrução Pública, julho/ setembro, 1930.

Boletim de Educação Pública. Ano II, n. 3 e 4. Rio de Janeiro: Publicação da Diretoria Geral de Instrução Pública, setembro a dezembro, 1932.

Boletim da Prefeitura do Distrito Federal. Rio de Janeiro: Secretaria do Gabinete do Prefeito, Oficinas Gráficas do Jornal do Brasil, janeiro a junho, 1926.

Boletim da Prefeitura do Distrito Federal. Rio de Janeiro: Secretaria do Gabinete do Prefeito, Oficinas Gráficas do Jornal do Brasil, abril a junho, 1932.

CAMARA, Sônia. Dissertação de Mestrado- **Reinventando a Escola: O Ensino Profissional Feminino na Reforma Fernando de Azevedo de 1927 a 1930.** Niterói: 1997.

_____. **A Constituição dos saberes escolares e as representações de infância na Reforma de Fernando de Azevedo de 1927 a 1930.** In: Revista Brasileira de História da Educação, número 8, julho/dezembro de 2004.

_____. Reformas Educacionais no Brasil: A experiência escolanovista no Distrito Federal durante os anos 20 e 30. In: FIGUEIREDO, Haydeé da Graça Ferreira de, (org). **Vozes da Educação: 500 anos de Brasil.** Rio de Janeiro: UERJ, DEPEXT, 2004 b.

_____. Tese de Doutorado- **Sob a guarda da república: A Infância Menorizada no Distrito Federal da década de 1920.** São Paulo: 2006.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. **O Mito do Método.** Trabalho apresentado no Seminário de Metodologia Estatística, realizado na PUC - Rio de Janeiro, janeiro-fevereiro de 1971.

CARVALHO, Marta Chagas de. **Pedagogia da Escola Nova e usos do impresso: itinerário de uma investigação.** In: Revista do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria, v. 30, número 2, 2005. Disponível em: www.ufsm.br/ce.revista, acessado em 05/08/2009.

CHAUÍ, Marilena. **Convite a Filosofia.** São Paulo: Editora Ática, 2000.

CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira. In: ALMEIDA, Angela (org.) **Colcha de Retalhos: Estudos sobre a família no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1982.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem Médica e Norma Familiar.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

CUNHA, Marcos Vinícius da. **A Desqualificação da Família para educar**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, nº 102, novembro de 1997.

CUNHA, Marcos Vinícius da. A escola contra a família. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira ... et all. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

DONZELOT, Jacques. **A Polícia das Famílias**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

ENGELS, Friedrich. **A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. São Paulo: Centauro Editora, 2002.

FILHO, Lourenço, M.B. **Introdução ao Estudo da Escola Nova**. São Paulo: Melhoramento, 1930.

_____. **Escola Nova**. In Escola Nova, Segunda Phase da Revista “Educação”. São Paulo: Beneficência Portuguesa, outubro de 1930.

_____. **Introdução ao Estudo da Escola Nova**. Rio de Janeiro: EdUERJ: Conselho Federal de Psicologia, 2002.

FREYRE, Gilberto. **Casa- grande & senzala**. Rio de Janeiro: Editora Global, 2006 (51ª edição).

_____. **Sobrados e Mucambos**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

GOMES, Angela de Castro. O primeiro governo Vargas: Projeto político e educacional. In: GOMES, Angela de Castro. **A Invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

Jornal A Manhã. 03 de setembro de 1927.

Jornal A Manhã. 08 de janeiro de 1928.

Jornal A Noite. 23 de janeiro de 1930.

Jornal A Pátria. 08 de dezembro de 1928.

Jornal do Brasil. 21 de janeiro de 1927.

Jornal Gazeta de Notícias. 02 de julho de 1929.

Jornal Gazeta de Notícias. 15 de dezembro de 1929.

Jornal O Globo. 18 de outubro de 1927.

Jornal O Globo. 28 de janeiro de 1928.

Jornal O Jornal. 07 de dezembro de 1927.

Jornal O Jornal. 28 de março de 1928.

Jornal O Jornal. 17 de junho de 1928.

Jornal do Século. Data Indisponível. Disponível em: www.jblog.com.br/hojenahistoria.php?itemid=6588. Acessado em 08/09/2010.

LANE, Silva. **Psicologia Social, o homem em movimento.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1997.

LOURENÇO, Helena C. & Costa, Wilma P. (orgs.). **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno.** São Paulo: Editora da Unesp, 1997.

MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Melo. **Lições de Casa, discursos pedagógicos destinados à família no Brasil.** Belo Horizonte: Faperj, 2007.

_____. **A quem cabe educar?** Notas sobre as relações entre a esfera pública e privada nos debates educacionais dos anos de 1920-1930. In Revista Brasileira de História da Educação, Campinas, v. 5, p. 213-231, 2003.

MATTA, Roberto da. **A casa e a rua.** Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1997.

MURICY, Kátia. O Indivíduo e a sociedade em Machado de Assis. In: ALMEIDA, Angela Mendes de. (org). **Pensando a Família no Brasil, da colônia à modernidade.** Rio de Janeiro: Editora Espaço e Tempo, 1987.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República.** São Paulo: EPU, 1976.

PENA, Valéria. A revolução de 30, a família e o trabalho feminino. In Cadernos de Pesquisa: **A família em questão.** São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1981. Disponível em: [/www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/catalogoPublicacao/folder_catalogo.pdf](http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/catalogoPublicacao/folder_catalogo.pdf). Acessado em: 24/11/2010.

PENNA, Maria Luiza. **Fernando de Azevedo: Educação e Transformação.** São Paulo. Editora Perspectiva S.A, 1987.

PERROT, Michelle. A Família Triunfante. In: PERROT, Michelle. **História da Vida Privada: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra.** São Paulo: Companhia de Bolso, 2009.

PESSÔA, Frota. As criações da Reforma- Discurso pronunciado na inauguração do almoxarifado da Instrução Pública. In: **Boletim de Educação Pública**. Ano I, n. 2. Rio de Janeiro: Publicação Trimestral da Diretoria Geral de Instrução Pública, abril/junho, 1930.

PFEIFFER, Claudia Castellanos. “Cidade e Sujeito Escolarizado”, In ORLAND, Eni P. (org). **Cidade Atravessada**. Editora Pontes, Campinas, 2001.

Programmas para os Jardins de Infância e para as Escolas Primárias. Rio de Janeiro: Prefeitura do Distrito Federal, Gráfica do Jornal do Brasil, 1929.

Revista **A Casa: Publicação mensal da família**. Anno 1, n.1 (janeiro de 1920). Rio de Janeiro: Desiderati, Ghini & Godo, 1920.

SAMARA, Eni de Mesquita. Tendências atuais da história da família no Brasil. In: ALMEIDA, Angela Mendes de. (org). **Pensando a Família no Brasil, da colônia à modernidade**. Rio de Janeiro: Editora Espaço e Tempo, 1987.

_____. **A Família brasileira**. São Paulo: Editora Brasiliense, 4ª edição, 1993.

_____. **A Família brasileira**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

SERRANO, Leonor. Prática da pedagogia social. In: **Boletim de Educação Pública**. Ano I, n. 2. Rio de Janeiro: Publicação Trimestral da Diretoria Geral de Instrução Pública, abril/junho, 1930.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. **Família, escola e mídia: um campo com novas configurações** in Educação e Pesquisa, São Paulo, v.28, n.1, p. 107-116, jan./jun. 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ep/v28n1/11659.pdf>, acessado em 05/07/09.

SILVA, José Cláudia Sooma. **Remodelação Urbana e Reconfiguração da Educação Primária na Capital: sobre a inventividade de estratégias nos anos 1920**. Trabalho apresentado no VII Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, junho de 2008. Disponível em web.lettras.up.pt7/albheporto/trabalhos_finais/eixo1/IA775.pdf, acessado em 23/11/09.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: Uma Introdução as Teorias do Currículo**. Belo Horizonte: Editora Autentica, 2002.

SIMIONATO, Marlene Aparecida W; OLIVEIRA, Raquel Gusmão. **Funções e transformações da família ao longo da história**. Trabalho apresentado no I Encontro Paranaense de Psicopedagogia – ABPppr – nov./2003. Disponível em <http://www.abpp.com.br/abppprnorte/pdf/a07Simionato03.pdf>, acessado em 05/05/09.

SIRINELLI, Jean François. Jean-Paul Sartre, Um Intelectual Engajado. In: Novaes, Adauto. **O Silêncio dos Intelectuais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SZYMANSKI, Heloisa. **A relação família/escola: desafios e perspectivas**. Brasília: Liber Livro, 2009.

TEIXEIRA, Anísio Spinola. **Porque Escola Nova?** In Escola Nova, Segunda Phase da Revista “Educação”. São Paulo: Beneficência Portuguesa, outubro de 1930.

TERUYA, Maria Tayra. **A Família na Historiografia Brasileira: bases e perspectivas teóricas**. Disponível em www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000, acessado em 11/08/10.

VELHO, Gilberto. Família e subjetividade. In: ALMEIDA, Angela Mendes de. (org). **Pensando a Família no Brasil, da colônia à modernidade**. Rio de Janeiro: Editora Espaço e Tempo, 1987.

VIDAL, Diana Gonçalves (org.). **Educação e Reforma**, o Rio de Janeiro nos anos 1920-1930. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.

XAVIER, Libânia Nacif; FREIRE, Américo. **Educação e Política na Reforma da Instrução Pública do Distrito Federal (1927-1930)**. Disponível em: www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/tema4/0484.pdf, acessado em 23/11/2009.

Anexos

Anexo I

A posse do novo diretor da Instrução Municipal.

Entre os aspectos particulares desse plano de organização geral a ser maduramente estudado e debatido, alguns, de uma evidência agressiva, já se podem enunciar sem precipitação de julgamento. Estão, nesse caso, a reorganização da Diretoria de Instrução Pública, com o restabelecimento conseqüente de seu almoxarifado privativo; a reforma do ensino normal; a questão do melhor aproveitamento dessa multidão de 180 professores da Escola Normal, a cuja atividade utilíssima será preciso dar oportunidade para se expandir em toda a sua eficiência; a construção e instalação, a mais completa possível, de prédios para escolas; a organização do ensino primário, gratuito e obrigatório, com a redução das escolas a três tipos fundamentais, urbano, rural e marítima (isolados ou reunidas), correspondentes às condições peculiares de três meios sociais diferentes, e, quanto possível, com sua oficina, seu campo de experiências ou seu museu de aparelhos de pesca; anexação do ensino técnico elementar ao maior número de escolas primárias; a eliminação das instituições ociosas ou parasitárias; remodelação do serviço de inspeção; e a reforma do ensino técnico e profissional, ajustado ao sistema geral de educação e com um programa específico segundo as necessidades técnicas e profissionais mais sensíveis das regiões em que se instalarem ou estiverem instaladas essas escolas. (...)

Já se escreveu que procede nobremente sem o querer o homem que, em seus atos, não pretende nada dos outros. Este despreendimento que em mim será consciência de meu nenhum valor, provém de um profundo idealismo que tenho prazer em confessar e em que reconheço a única força capaz de dar sentido e valor à vida humana. É nesse idealismo que encontrei a fonte pura de uma grande simpatia. Por todas as inovações significativas que libertam da rotina, com um senso prudente da medida e da tradição. e é nele que procurei a energia para, cedendo às necessidades novas de diversidade e expansão de tendências individuais, estimular as obras de iniciativa privada e associar todas as forças livres para fazer circular um entusiasmo comum por todas as coisas grandes e belas.

O Jornal do Brasil Rio de Janeiro, 21 jan. 1927.

Anexo II

Características Gerais da Escola Nova.

A) Quanto à organização geral:

- 1- A escola nova é um laboratório de pedagogia prática. Procura desempenhar o papel de explorador ou iniciador das escolas oficiais, mantendo-se ao corrente da psicologia moderna, a respeito dos meios de que se utilize, e das necessidades modernas da vida espiritual e material.
- 2- A Escola Nova é um internato, porque só o influxo do meio em que se move a criança permite realizar uma educação eficaz. Isso não significa que preconize o sistema de internato como ideal, que se deva aplicar sempre, e por toda parte. O influxo natural da família, quando sadio, deve preferir-se ao melhor dos internatos.
- 3- A Escola Nova está situada no campo, porque este constitui o meio natural da criança. O influxo da natureza, as possibilidades que oferece para empreendimentos simples, os trabalhos rurais que permite realizar, representam o melhor auxílio À cultura física e moral. Para o progresso intelectual e artístico, é desejável, porém, que fique próxima a uma cidade.
- 4- A Escola Nova agrupa seus alunos em casas separadas, vivendo cada grupo de dez a quinze alunos, sob a direção material e moral de um educador, secundado por sua mulher ou uma colaboradora. É preciso que os alunos não sejam privados do influxo feminino adulto, nem da atmosfera familiar, que os internatos-caserna não podem proporcionar.
- 5- A co-educação dos sexos, praticada nos internatos, até o fim dos estudos, tem dado quando aplicado em condições materiais e espirituais favoráveis, resultados morais e intelectuais surpreendentes.
- 6- A Escola Nova organiza trabalhos manuais para todos os alunos, durante uma hora e meia, ao menos, por dia; de duas a quatro, trabalhos obrigatórios que tenham fim educativo e de utilidade individual ou coletiva, mais que profissional.
- 7- Entre os trabalhos manuais, o de marcenaria ocupa o primeiro lugar, porque desenvolve a habilidade e a firmeza manuais, o sentido da observação exata, a

sinceridade e governo de si mesmo. A jardinagem e a criação de pequenos animais entram na categoria das atividades ancestrais que toda criança ama, e deveria ter ocasião de exercitar.

- 8- Ao lado dos trabalhos regulados, concede-se tempo para trabalhos livres, que desenvolvem o gosto da criança q lhe despertam o espírito inventivo.
- 9- A cultura do corpo será assegurada tanto pela ginástica natural, como pelos jogos e desportos.
- 10- As excursões, a pé ou de bicicleta, com acampamentos em tendas de campanha e refeições preparadas pelos próprios alunos, desempenham um papel importante na Escola Nova. Tais excursões, adrede preparadas, coadjuvam o ensino.

Filho, Lourenço. Introdução ao Estudo da Escola Nova, 2002, pp. 249-250.

Anexo III

Nomeação de Cargos.

O globo de 18/10/1927

A reforma fictícia do ensino- As escolas burguesas e as escolas do povo.

Entrevista do Sr. Frota Pessoa.

(...) Minhas idéias referentes a maneira de resolver o nosso problema educacional não são idênticas a de Dr. Fernando de Azevedo, mas são muito aproximadas e a solução que ele apresenta é que só o teor integral de seu projeto pode tornar conhecida, tem um acentuado aspecto pedagógico e social. Nada tem de burocracia; antes é exclusivamente técnica e, se alguma coisa se pode argüir contra ela, é que é tão rigorosamente técnica de uma expressão tão moderna e avançada, no sentido social, que não podia ser aplicada integralmente, mas só pouco a pouco, quando nosso aparelhamento material estiver completo e formado o pessoal técnico indispensável à sua execução. Com ela se funda afetivamente a escola popular, de curso reduzido, de caráter prático e experimental, propriamente de execução, servindo menos as classes burguesas e abastadas que as populares e pobres.

(...)

Por muito que me mereça Dr. Fernando de Azevedo, eu não dava apoio a uma reforma de instrução da educação pública que não se aproximasse dos moldes pelos quais me bato há mais de dez anos e que não tivesse como escape transformar a escola burguesa, que já tem um século de existência, na escola do trabalho para educação das massas populares desamparadas.

(...)

O Globo- 28/01/1928

O feminismo tripunha na prefeitura.

O Sr. Fernando Azevedo diretor de Instrução Municipal mandou designar a 1º official Adalgios de Araújo Fontes, para servir, interinamente como chefe da 2º seção, durante o impedimento do serventuário effectivo que se acha licenciado. Essa designação despertou inúmeros comentários, por isso que, 1º officiais mais antigos, escolheu o Sr. Fernando de

Azevedo uma funcionária que, embora distinta, fora, ante-ontem, promovida ao posto de 1º official.

O Jornal- 08/03/1928-

A Política e o Ensino.

Os nossos governantes, por via de regra, não encaram os interesses do ensino como um dos aspectos mais importantes da educação nacional.

A instrução pública, por exemplo, tem tido em São Paulo administradores dedicados. Os governos paulistas conseguiram colocar o grande Estado, no tocante a educação popular, em uma situação de incontestável relevo entre as unidades da República.

(...)

Reestruturação do Ensino.

Gazeta de Notícias- 15/12/1929-

Como progride a instrução municipal do Rio.

Indiscutivelmente a instrução no Distrito Federal pode hoje servir de modelo aos demais departamentos de ensino no mesmo gênero, espalhados por todo o Brasil. Havia, até bem pouco tempo, uma série de senões a corrigir no nosso systema pedagógico, defeitos contra os quaes muito se bateu a imprensa honeste de nossa terra e que, afinal estão plenamente corrigidos, graças á orientação em verdade intelligente e sobretudo capaz do Sr. Fernando de Azevedo, cujos talentos, em matéria de pedagogia são conhecidos de toda gente.

Hoje, vemos a instrução municipal do Distrito Federal em franco progresso. Percebemos a satisfação dos pais que têm seus filhos nos cursos primários da municipalidade. Sentimos a evolução das crianças escolares cuja formação de espírito obedece aos rigorosos e efficazes methodos modernamente criados pelos mais illustres pedagogos contemporâneos. E ao vermos tudo isso e ao observarmos a evolução das nossas escolas municipais, não podemos deixar de registrar este facto com grande prazer, por isso que elle vale a garantia de um Brasil mais forte, mais poderoso, mais desenvolvido na sua expressão mental, como na sua expressão material no dia de amanhã.

(...)

Gazeta de Notícias – 02/07/1929-

Educação Social.

A escola nova tornou-se urbana e orgânica e, por isso mesmo, social. A sociologia perdeu o conceito errado que Comte lhe quiz dar: é por excellencia dinamica e não estática. A sociologia como sciencia dos factos sociaes, já esta assentindo- produzindo consideráveis progressos a educação contemporânea, nos países mais adiantados em matéria de pedagogia.

A Noite- 23/01/1930-

A Campanha pelo Ensino Obrigatório- Entrevista com Fernando de Azevedo.

(...)

A Reforma de Ensino, à vista dessas condições, estabeleceu para a educação básica o período de cinco anos, que deverá ser dilatado para sete, quando a situação financeira da Municipalidade o comportar.

(...)

Acabo de ferir o ponto essencial da questão. Em toda a parte a obrigatoriedade do ensino depende do prédio a que se tem de recolher a população escola e do professor para ministrá-lo. Nós, não temos crise de professorado. Mais de mil professores diplomados pela nossa Escola Normal aguardam a sua nomeação. O aumento do quadro do magistério primeiro depende da lei orçamentária. É um caso que pode ser facilmente resolvido em lei annual, desde que a receita suporte o acréscimo correspondente a ampliação do referido quadro na proporção das necessidades.

Obrigatoriedade de Ensino.

A Manhã- 03/09/1927-

A Instrução Primária no Brasil. A defficiência das Escolas Públicas nos Estados- A Instrução Obrigatória.

Ha talvez dez annos apenas que a instrucção primária no Brasil mormente no Distrito Federal vem tornando algum incremento.

Tal asserção é o resultado de reportagem escrupulosa e fiel pelas nossas escolas publicas, onde encontramos razões para louvores, já pelo estado de relativa comodidade e saneamento dos edifícios escolares, já pela thecnica dos directores e moças empenhados no magistério.

Para infelicidade, tal facto é apenas constatado no Distrito Federal.

(...)

A instrucção primaria no Brasil é, portanto, lesada nos seus fins como tantas outras instituições beneméritos em a Nação.

(...)

Faz-se mister no Brasil a instrucção obrigatória, norma por excellencia de toda a nação civilisada.

(...)

Anexo IV

Relatório dos serviços da Diretoria geral de Instrução Pública, durante a atual administração.

(...)

“Assumi a direção com que V. Ex. me honrou, desses serviços em 16 de outubro de 1931, pouco tempo antes do encerramento do ano escolar.

A reforma do ensino público, que se vinha realizando desde 1928, obrigava nesse estágio adiantado de sua execução, o balanço geral das actividades escolares para o reajustamento do programma administrativo deste departamento.

Não erra que se cogitasse de nova reforma do serviço. A legislação de imensa amplitude, com bases solidas e acertadas.

Mas uma reforma se corporifica nas instituições escolares e no seu desenvolvimento e, por isso mesmo, se torna necessario verificar a cada passo, de que modo estão sendo atingidas as idéias e objectivos na legislação.

Iniciamos, assim logo que assumimos a direção dos serviços, vários inquéritos sobre as condições geraes e particulares do systema educacional do Distrito federal. Esses inquéritos nos revelaram que a obra que se vem realizando no Rio de Janeiro, em matéria de educação pública é uma obra que se póe em relevo as qualidades pessoaes de seus obreiros immediatos, os professores, pelas difficuldades de que está inçada, não offerece ainda sequer as condições elementares de installação e aparelhamento imprescindíveis a sua regular efficiencia.

(...)

Em administração de ensino publico não se devem contar os casos particulares mas as condições geraes do ‘ensino em massa, que compete ao poder público prover.

Alguns dados serão bastante para documentar a situação precária em que se encontra o nosso aparelho escolar.” (p. 258)

Anísio Spinola Teixeira.
Boletim da Prefeitura do Distrito Federal, abril a junho de 1932.

Anexo V

A exposição anual do Instituto Profissional Orsina da Fonseca

O Círculo de Pais e Professores propunha-se a trazer a família para a escola, transformando os pais em agentes de disseminação das idéias higiênicas no lar. Dizia Fernando de Azevedo que era preciso cooptá-los para a obra da educação. Assim, com o intuito de bem gerir a atuação do Círculo foi elaborado um regimento. Como objetivos indicava “... projetar sobre o lar a ação educativa da escola e estabelecer a mais estreita colaboração da escola com a família” (Boletim de Educação Pública 1 (1), p. 127). Dentre as finalidades previstas estavam: contribuir para a educação moral, cívica e higiênica dos sócios, por meio de palestras mensais, circulares, inquéritos e concorrer para a educação estética da família, despertando e desenvolvendo o sentimento de conforto do lar. Conselhos de como administrar adequadamente as reuniões do Círculo advertiam para que as palestras não ultrapassassem 30 minutos, o que poderia gerar desinteresse e afastar os pais das reuniões; para que se recorresse a filmes educativos, como forma de incitar ao comparecimento; e para que as informações fossem transmitidas de maneira aliciar os pais à adoção dos hábitos higiênicos, nunca enunciando que seus costumes eram errados por negligência, mas por desinformação. As reuniões e decisões do Círculo eram documentadas em atas, registradas em livros próprios. Ao todo, funcionaram no Distrito Federal 170 Círculos de Pais e Professores, congregando aproximadamente 25.000 pessoas, na estimativa da Diretoria Geral. “No Instituto Profissional Orsina da Fonseca realizou-se mais uma exposição de trabalhos de alunos do modelar estabelecimento. Os mostruários tiveram, como todos os anos, franqueados durante três dias ao público. Nas interessantes mostras viam-se primorosos bordados e rendas, cuja beleza até os leigos tinham que reconhecer. Aliás, é tradicional o capricho que se nota nos trabalhos que a Escola Orsina da Fonseca expõe todos os anos, dando uma bela impressão do carinho e da inteligência que se conduzem, no exercício dos seus mistérios a direção e o professorado do estabelecimento. Também na seção de flores artificiais havia muito que admirar-se. Foi, em suma, uma exposição digna de se ver a que o Instituto Orsina da Fonseca realizou este ano e que foi ontem encerrada.”

A Pátria, 8 dez. 1928.